



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

| Relatório de Atividades 2016 |

RELATÓRIO

DE

ATIVIDADES

2016

FACULDADE DE DIREITO

UNIVERSIDADE DE LISBOA

ÍNDICE

SIGLAS E ACRÓNIMOS	4
INTRODUÇÃO.....	5
1. ORGANIZAÇÃO E GOVERNAÇÃO DA FDUL.....	6
2. ENSINO	8
1. Inscritos	15
a) <i>Licenciatura 1.º ciclo</i>	15
b) <i>Mestrados 2.º ciclo</i>	18
c) <i>Doutoramento 3.º ciclo</i>	19
d) <i>Cursos não conferentes de grau</i>	20
e) <i>Total de inscritos</i>	20
2. Diplomados.....	21
a) <i>Licenciatura 1.º ciclo</i>	21
b) <i>Notas finais da Licenciatura</i>	23
c) <i>Mestrado 2.º ciclo</i>	23
d) <i>Doutoramento 3.º ciclo</i>	24
e) <i>Total de diplomados</i>	25
3. Outras estatísticas académicas	25
a) <i>Nacionalidade</i>	26
b) <i>Nota de entrada através do Concurso Nacional de Acesso (CNA)</i>	28
c) <i>Total de candidaturas através do CNA</i>	29
d) <i>Ordem de escolha dos candidatos do CNA</i>	30
e) <i>Distribuição geográfica dos candidatos à Licenciatura em Direito</i>	31
f) <i>Desemprego de diplomados</i>	32
3. APOIO AOS ESTUDANTES	34
4. INVESTIGAÇÃO E DIFUSÃO DE CONHECIMENTO	48
5. INTERNACIONALIZAÇÃO	56



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

| Relatório de Atividades 2016 |

6. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....	66
7. COMUNICAÇÃO E IMAGEM.....	69
8. RECURSOS HUMANOS	71
9. RECURSOS MATERIAIS.....	75

SIGLAS E ACRÓNIMOS

AAFDL Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa
BIB Biblioteca
CA Conselho Académico
CARL Centro de Arbitragem e de Resolução de Litígios
CC Conselho Científico
CE Conselho de Escola
CG Conselho de Gestão
CP Conselho Pedagógico
DAC Divisão Académica
DAD Divisão Administrativa
Dir. Diretor
FDUL Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
GAE Gabinete de Apoio ao Aluno
GAG Gabinete de Apoio à Gestão
GCJ Gabinete de Consultoria Jurídica
GERI Gabinete Erasmus e de Relações Internacionais
GRI Gabinete de Relações Internacionais
GRS Gabinete de Responsabilidade Social
GSP Gabinete de Saídas Profissionais
ICJ Instituto da Cooperação Jurídica
IDB Instituto de Direito Brasileiro
NAT Núcleo de Apoio Técnico
SIADAP Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho da Administração Pública
UC Unidade Curricular
UL/ ULisboa Universidade de Lisboa

INTRODUÇÃO

A Faculdade de Direito tem como missão criar, transmitir e difundir conhecimento e cultura no domínio das ciências jurídicas e das demais disciplinas com elas conexas.

Ao longo de mais de cem anos de existência, a FDUL tem-se afirmado, no plano nacional e internacional, como instituição de referência no ensino do Direito e na produção de conhecimento científico, articulando este desígnio com os objetivos de modernização e inovação, de eficiência da gestão e de abertura à comunidade.

O presente relatório sintetiza as principais atividades e acompanha a apresentação dos documentos de prestação de contas a que a FDUL se encontra legalmente obrigada.

De 1 de janeiro de 2016 até 31 de dezembro de 2016, a responsabilidade pela prestação de contas recai sobre o Conselho de Gestão, composto atualmente pelo Prof. Doutor Pedro Romano Martinez (Diretor), pela Prof^ª. Doutora Paula Vaz Freire (Subdiretora), pela Prof^ª. Doutora Cláudia Madaleno (Diretora Executiva) e pela Dr.^ª Ana Ramos (Coordenadora do Núcleo de Gestão Financeira e Patrimonial), nos termos do Despacho (extrato) n.º 5856/2016, de 24 de fevereiro de 2016 (publicado no *Diário da República*, 2.ª Série, n.º 84, de 2 de maio de 2016).

1. ORGANIZAÇÃO E GOVERNAÇÃO DA FDUL

São órgãos da Faculdade de Direito, tal como indicados nos seus estatutos¹: o Conselho de Escola, o Diretor, o Conselho de Gestão, o Conselho Académico, o Conselho Científico e o Conselho Pedagógico. A Faculdade compreende ainda, como órgão de extensão à comunidade, o Conselho Consultivo.

Os Estatutos da FDUL preveem as seguintes unidades administrativas técnico científicas (cf. o disposto no artigo 67.º):

- Biblioteca
- Instituto da Cooperação Jurídica
- Instituto de Direito Brasileiro
- Gabinete de Responsabilidade Social
- Gabinete Erasmus e de Relações Internacionais
- Gabinete de Saídas Profissionais
- Centro de Arbitragem e de Resolução de Litígios
- Gabinete de Consultoria Jurídica
- Gabinete de Centros de Apoio

As unidades administrativas técnico-científicas são geridas pelos respetivos Presidentes e, no caso da Biblioteca, pelo Professor Bibliotecário, exceto nas questões administrativas e de recursos humanos, em que são dirigidas pela Diretora Executiva (artigos 38.º, n.º 2, alínea *a*), e 67.º, n.º 2, dos Estatutos da FDUL). De salientar que, em 2016, a Biblioteca passou a ter uma coordenação técnica e um órgão de direção intermédia de 4.º grau (cf. o disposto no artigo 22.º do Regulamento das Unidades Administrativas de Gestão).

¹ Estatutos da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, homologados pelo Despacho n.º 15674-C/2013, DR, 2ª série, n.º 232, de 29 de novembro.

| Relatório de Atividades 2016 |

Integram ainda a estrutura orgânica da Faculdade seis unidades administrativas de gestão (de acordo com o disposto no Regulamento das Unidades Administrativas de Gestão, aprovado pelo Despacho n.º 33/2014, de 28 de julho, alterado e republicado pelo Despacho n.º 8209/2016, de 31 de maio, publicado no *Diário da República*, 2.ª Série, n.º 119, de 23 de junho de 2016):

- Divisão Académica
- Divisão Administrativa
- Núcleo de Apoio Técnico
- Gabinete de Apoio à Gestão
- Gabinete de Relações Internacionais
- Gabinete de Apoio ao Estudante

As unidades administrativas de gestão são dirigidas pela Diretora Executiva (artigos 38.º, n.º 2, alínea *a*), dos Estatutos). De referir ainda que a Divisão Académica e a Divisão Administrativa comportam quatro órgãos de direção intermédia de 3.º grau (respetivamente, cargos de coordenação do Núcleo de Serviços Académicos, do Núcleo de Planeamento e Gestão Académica, do Núcleo de Gestão de Recursos Humanos e do Núcleo de Gestão Financeira e Patrimonial)².

² Despacho (extrato) n.º 5856/2016, de 24 de fevereiro de 2016 (publicado no *Diário da República*, 2.ª Série, n.º 84, de 2 de maio de 2016).

2. ENSINO

I. A FDUL é uma instituição de tradição centenária no ensino jurídico, na produção e disseminação de saberes científicos, apostada, simultaneamente, na adequação da oferta letiva às temáticas e desafios da atualidade e na modernização dos seus métodos de ensino. Contribuem para fazer da FDUL uma escola de referência entre as melhores faculdades de Direito nacionais e estrangeiras a qualidade e mérito do corpo docente, o rigor e inovação dos seus planos curriculares, a abordagem prática da aprendizagem, a capacidade de influência social, económica e política dos profissionais por si formados, bem como a sua abertura cosmopolita.

II. A *Licenciatura em Direito* é oferecida aos alunos em regime diurno e pós-laboral, sendo uma das poucas Escolas a oferecer aos estudantes esta possibilidade.

Com a duração de 8 semestres, a licenciatura confere a todos os estudantes uma sólida formação global de base orientada para a compreensão e resolução de fenómenos e problemas jurídicos. O plano de estudos compreende unidades curriculares obrigatórias, que conferem um tronco jurídico comum, e unidades curriculares optativas que, complementando aquela formação, procuram atualizar o saber jurídico e ir de encontro às preferências dos estudantes.

III. A Faculdade oferece ainda aos seus estudantes os *Cursos de Mestrado e de Doutoramento*. Os cursos de mestrado conferem um aprofundamento na formação científica em ciências jurídicas e dotam os alunos de conhecimentos técnico-jurídicos diferenciadores e necessários à vida profissional ativa e à investigação científica.

| Relatório de Atividades 2016 |

O curso de doutoramento em Direito corresponde ao mais elevado grau académico e de formação científica alcançada através do reforço da investigação científica e da capacidade de compreender, conceber, projetar e realizar uma construção sistemática, inovadora e coerente em novos domínios do saber jurídico. Em 2016 a oferta formativa da Faculdade sofreu modificações importantes, através da entrada em vigor dos novos cursos de mestrado e de doutoramento (Regulamento do Mestrado e do Doutoramento, constante do Despacho n.º 6322/2016, de 20 de abril, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 92, de 12 de maio).

Assim, a partir do ano letivo 2016/2017, a Faculdade passou a oferecer aos seus estudantes o curso de Mestrado em Direito e Prática Jurídica (Despacho n.º 6481/2016, de 20 de abril, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 95, de 17 de maio), o curso de Mestrado em Direito e Ciência Jurídica (Despacho n.º 6414/2016, de 20 de abril, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 94, de 16 de maio) e o curso de Doutoramento em Direito (Despacho n.º 6321/2016, de 20 de abril, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 92, de 12 de maio).

Os cursos de mestrado e de doutoramento existentes até 2016 mantiveram--se em vigor pelo período de dois anos, de forma a possibilitar aos estudantes a conclusão do respetivo ciclo de estudos (cf. Despacho Reitoral n.º 2877/2017, de 12 de janeiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 69, de 6 de abril de 2017, que procedeu à extinção do Mestrado em Direito; Despacho Reitoral n.º 2878/2017, de 12 de janeiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 69, de 6 de abril de 2017, que procedeu à extinção do Mestrado em Ciências Jurídico--Financeiras; Despacho Reitoral n.º 2879/2017, de 12 de janeiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 69, de 6 de abril de 2017, que procedeu à extinção do Mestrado em Direito – Jurídico-Empresariais; Despacho Reitoral n.º 2880/2017, de 12 de janeiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 69, de 6 de abril de 2017, que procedeu à extinção do Mestrado em Direito Administrativo; Despacho Reitoral n.º 2881/2017, de 12 de janeiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 69, de 6 de abril de 2017, que procedeu à extinção do Mestrado em Direito Internacional e Relações Internacionais; Despacho Reitoral n.º 2882/2017, de 12 de janeiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 69, de 6 de abril de 2017, que procedeu à extinção do Doutoramento em Direito; Despacho Reitoral n.º 2883/2017, de 12 de janeiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 69, de 6 de abril de 2017, que procedeu à extinção do Mestrado em Direito e Economia; Despacho Reitoral n.º 2890/2017, de 20 de janeiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 69, de 6 de abril de 2017, que procedeu à extinção do Mestrado em Ciências Jurídico-Forenses). Nos termos destes despachos, a partir do

| Relatório de Atividades 2016 |

ano letivo 2016/2017 deixaram de ser admitidos novos alunos nestes ciclos de estudos. Os alunos que estavam matriculados em qualquer destes cursos no ano letivo 2015/2016 podem, até ao ano letivo 2017/2018, inclusive, concluí-lo. Em alternativa, podem igualmente optar por transitar para os novos cursos, de acordo com o plano de transição curricular aprovado pelo Conselho Científico da Escola.

IV. Atualmente, são oferecidos aos alunos o Mestrado em Direito e Prática Jurídica, o Mestrado em Direito e Ciência Jurídica e o Doutoramento em Direito.

O grau de Mestre em Direito e Prática Jurídica é conferido aos alunos que obtenham 90 créditos, através da aprovação no curso de especialização com a classificação final média de 12 valores ou superior (60 créditos) e da aprovação na defesa de uma dissertação de natureza científica original ou de um relatório de estágio (30 créditos). É importante referir que a FDUL apostou na formação académica dos seus mestrandos através da implementação de duas novas unidades curriculares obrigatórias: Introdução à Metodologia da Investigação Científica I e II.

Por seu turno, o grau de Mestre em Direito e Ciência Jurídica é conferido aos alunos que obtenham 120 créditos, através da aprovação no curso de especialização com a classificação final média de 14 valores ou superior (60 créditos) e da aprovação na defesa de uma dissertação de natureza científica original (60 créditos). Também neste âmbito se regista a aposta na formação académica, com a implementação da unidade curricular obrigatória de Metodologia da Investigação Científica.

Um outro aspeto relevante consiste na alternativa, agora oferecida aos estudantes do curso de Mestrado em Direito e Prática Jurídica, de optar pela elaboração de uma dissertação de natureza científica original ou de um relatório de estágio. Com efeito, o artigo 38.º do Regulamento do Mestrado e do Doutoramento prevê esta possibilidade, em alternativa à preparação da dissertação de mestrado, ainda que a inscrição para efeitos de elaboração de um relatório de estágio seja condicionada pelo número de vagas existentes para a realização de estágio, conforme informação disponibilizada pelos competentes serviços da FDUL.

| Relatório de Atividades 2016 |

O relatório de estágio deverá ser realizado em regime de coorientação, sendo um orientador professor da FDUL e um orientador indicado pela entidade onde o estágio tem lugar. O relatório de estágio deve conter o tratamento científico da atividade desenvolvida durante o estágio, sendo aplicáveis as regras previstas para a dissertação de mestrado.

Em ambos os cursos de mestrado, a aprovação nas UC que compõem o curso de especialização do mestrado confere ao aluno o diploma de “especialista” e pode corresponder à aprovação num curso de pós-graduação na especialidade frequentada quando o estudante, tendo reunido as condições necessárias à apresentação da dissertação de mestrado, não apresente o pedido de registo do tema da dissertação acompanhado da proposta de Professor orientador no prazo definido no Regulamento, e se preencham os requisitos definidos no regulamento dos cursos de pós-graduação não conferentes de grau da FDUL.

O grau de Doutor em Direito é conferido aos alunos que obtenham 240 créditos, através da aprovação no curso de doutoramento com a classificação igual ou superior a 14 valores em cada unidade curricular (60 créditos) e da aprovação na defesa de uma dissertação de natureza científica original (180 créditos). Os estudantes devem frequentar a unidade curricular obrigatória de Metodologia da Investigação Científica Avançada.

V. Atualmente, a Faculdade oferece aos seus alunos uma ampla gama de cursos de mestrado e doutoramento. No ano letivo 2016/2017 procedeu-se à atempada solicitação aos docentes das fichas das respetivas unidades curriculares, cujo conteúdo se encontra disponível para consulta na Página da Faculdade. Esta medida permitiu difundir os conteúdos de cada unidade curricular e a identificação dos docentes responsáveis pela respetiva lecionação, contribuindo para uma melhor informação dos estudantes e, bem assim, o aumento dos conteúdos digitais.

- **Mestrado em Direito e Prática Jurídica** (acreditado pela Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior em 2 de outubro de 2015, por um período de 6 anos, e registado pela Direção-Geral do Ensino Superior em 9 de outubro de 2015, com o n.º R/A-Cr 287/2015)

Existem atualmente 15 especialidades:

- Economia e Políticas Públicas
- Direito Financeiro e Fiscal
- Direito da Concorrência e da Regulação
- Direitos Fundamentais

| Relatório de Atividades 2016 |

- Direito Administrativo e Administração Pública
 - Direito do Ambiente, dos Recursos Naturais e da Energia
 - Direito Internacional e Relações Internacionais
 - Ciências Jurídico-Forenses
 - Direito da Empresa
 - Direito Penal
 - Direito Civil
 - Direito Intelectual
 - Direito dos Transportes
 - Direito Anglo-Saxónico
 - Direito Comercial Internacional.
- **Mestrado em Direito e Ciência Jurídica** (acreditado pela Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior em 2 de outubro de 2015, por um período de 6 anos, e registado pela Direção-Geral do Ensino Superior com o n.º R/A-Cr 288/2015, em 30 de novembro de 2015)

São oferecidas 24 especialidades:

- História do Direito
- Teoria do Direito
- Direito e Economia
- Direito Fiscal
- Direito Financeiro e Económico Global
- Direito da União Europeia
- Ciências Jurídico-Políticas
- Ciências Jurídico-Ambientais
- Ciências Jurídico-Internacionais
- Direitos Fundamentais
- Direito Administrativo
- Direito Constitucional
- Direito Civil
- Direito Penal e Ciências Criminais
- Direito Laboral
- Direito Comercial
- Direito Bancário e dos Seguros
- Direito Intelectual
- Direito Marítimo e Direito do Mar
- Direito Comercial Internacional

| Relatório de Atividades 2016 |

- Direito Anglo-Saxónico
 - Ciências Histórico-Privatísticas
 - Direito das Confissões Religiosas
 - Ciências Jurídico-Filosóficas
- **Doutoramento em Direito** (acreditado pela Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES) com o processo n.º NCE/14/00191, em 3 de julho de 2015, por um período de 6 anos, e registado pela Direção-Geral do Ensino Superior com o n.º R/A-Cr 186/2015, em 13 de agosto de 2015)

São previstas 11 especialidades:

- História do Direito
- Teoria do Direito
- Direito Romano
- Direito e Economia
- Direito Fiscal
- Direito Financeiro e Económico Global
- Ciências Jurídico-Políticas
- Ciências Jurídicas Internacionais e Europeias
- Ciências Jurídico-Civis
- Ciências Jurídico-Empresariais
- Ciências Jurídico-Criminais

VI. Para além destes níveis de formação a Faculdade desenvolve uma relevante atividade no domínio da lecionação de cursos pós-graduados não conducentes à obtenção de grau, nomeadamente, cursos de aperfeiçoamento e cursos de pós-graduação.

VII. A FDUL promove a mobilidade dos seus estudantes, através do intercâmbio com instituições de ensino superior estrangeiras, bem como a oferta de disciplinas ministradas em inglês e de cursos intensivos, em diversas áreas de especialização.

No ano letivo 2016/2017, a oferta de unidades curriculares em inglês aumentou significativamente:

Na Licenciatura:

- Direito Comparado



| Relatório de Atividades 2016 |

- Direito Internacional Público
- Direito da União Europeia
- Economia Internacional
- Direito Internacional Económico
- Direito do Ambiente
- Contencioso da União Europeia
- Direito Internacional Público II
- Contratação Pública e Concorrência
- Contencioso Administrativo e Tributário
- Direito Internacional Público I
- Direito dos Contratos II
- Direitos Fundamentais
- Proteção Internacional da Pessoa Humana

No Mestrado em Prática Jurídica:

- Direito e Economia
- Tributação das Empresas
- Economia Comportamental e Direito
- Direito Internacional dos Direitos Humanos
- Contencioso da União Europeia

No Mestrado em Ciência Jurídica:

- Justiça Constitucional
- Organizações Internacionais

| Relatório de Atividades 2016 |

VIII. A Divisão Académica (DAC) é o serviço responsável pela organização, gestão administrativa e registo dos cursos, bem como pelas inscrições e atos académicos, organizando e mantendo atualizado o arquivo dos processos individuais dos alunos. A DAC e o GAG (comunicação e imagem) colaboram na divulgação, acreditação e avaliação de todos os cursos da FDUL.

IX. Dados estatísticos

1. INSCRITOS

a) *Licenciatura / 1.º ciclo*

No ano letivo 2016/2017 o número de alunos inscritos na licenciatura diminuiu cerca de 3% (cf. tabela 1) face ao ano letivo anterior. Esta diminuição pode ser explicada pela redução do número de vagas disponíveis para o Concurso Nacional de Acesso. No ano letivo 2015/2016 o número de vagas cifrava-se em 480 para o curso diurno (cd. 9078) e em 120 para o curso pós-laboral (cd. 8358). No presente ano letivo a redução foi de 20 vagas para o curso diurno e de 20 vagas para o curso pós-laboral.

Os reflexos desta diminuição são mais visíveis no que concerne aos alunos “1.º ano 1.ª vez”. Assim, e contrariamente ao ano letivo transato, verificou-se uma diminuição de 5% (cf. tabela 1). Dos 658 alunos que ingressaram na Licenciatura em Direito, 543 foram colocados no curso em regime diurno e os restantes 115 no curso em regime pós-laboral.

Tabela 1 | Análise evolutiva do número de inscritos em Licenciatura

	N.º de inscritos			1.º ano / 1.ª vez ^{b)}		
	Horário diurno	Horário noturno	Total ^{a)}	Curso id. 9078	Curso id. 8358	Total
2010/2011	2566	198	2764	562	124	686
2011/2012	2438	253	2691	504	94	598
2012/2013	1755	1026	2781	522	152	674
2013/2014	1877	961	2838	531	148	679
2014/2015	1918	965	2883	495	154	649
2015/2016 ^{c)}	2020	942	2962	595	118	713
2016/2017 ^{d)}	2004	858	2862	543	115	658

| Relatório de Atividades 2016 |

a) Este indicador engloba os alunos indicados como 1º ano 1ª vez.

b) Os números apresentados têm por base os dados oficiais reportados à Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, através do RAIDES 10, 11, 12, 13, 14 e 15. Os dados referentes a 2016-17 foram obtidos diretamente do portal Fénix à data de 04-10-2016.

c) Dados obtidos a 31-03-2016

d) Dados obtidos a 19-04-2017, considerando alunos com inscrições ativas

Nota: Os dados referentes ao número de inscritos nos anos letivos 2010/11 e 2011/12 tiveram por base os dois cursos de licenciatura (cd. Oficial 9078 e 8358), sendo que os dados indicados foram obtidos através do Inquérito Registo de Alunos Inscritos e Diplomados do Ensino Superior (RAIDES) de 2010 e 2011. Os dados do curso 9078 constam da coluna “Horário Diurno” e os dados do curso pós-laboral cd. 8358 constam da coluna “Horário Noturno”.

A partir do ano letivo 2012/2013 os dados referem-se ao horário da turma e não ao curso. Estes dados foram obtidos através do SIGES/CSE e Fénix

Nesta tabela não constam os alunos Erasmus e em Regime Livre

Na **tabela 2** constam os dados relativos à evolução do número de alunos inscritos através dos Concursos Especiais de Acesso. Os dados apresentados permitem concluir que, comparativamente com o ano letivo 2015/2016, registou-se uma ligeira diminuição do número de admissões. No ano letivo transato verificaram-se 263 inscrições, ao passo que no presente ano letivo esse número diminuiu para as 240.

Tabela 2 | Análise evolutiva da admissão de Alunos de Licenciatura através de concursos especiais de acesso

	Transfe- rência	Maiores de 23 anos	Reingress o	Mudança de curso	Titulares de Cursos Superiore s	Estudante ^{b)} Internaciona l	Total
2010/201 1	22	104	200	8	3	--	337
2011/201 2	13	79	122	10	0	--	224
2012/201 3	30	84	110	16	8	--	248
2013/201 4	16	64	137	11	32	--	260
2014/201 5	5	32	160	4	43	0	244



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

| Relatório de Atividades 2016 |

2015/2016	7	42	149	19	46	11	263
2016/2017 7 ^a)	10	33	138	6	38	15	240

a) Dados obtidos a 19-04-2017

b) Regime especial de acesso e ingresso no Ensino Superior.

| Relatório de Atividades 2016 |

b) Mestrados / 2.º ciclo

A oferta pós-graduada tem sido uma aposta da Faculdade nos últimos anos. O ano letivo 2016/2017 assinalou a entrada numa nova fase na oferta formativa de cursos de mestrado. Os cursos anteriormente designados por Mestrado Profissionalizante e Mestrado Científico deram lugar a novos ciclos de estudo, denominados por Mestrado em Direito e Prática Jurídica e Mestrado em Direito e Ciência Jurídica. Como se fez referência, cada um destes ciclos de estudo conta com várias especialidades: o Mestrado em Direito e Prática Jurídica contém 15 especialidades e o Mestrado em Direito e Ciência Jurídica 24 especialidades.

Os dados apresentados na **Tabela 3**, no que respeita aos alunos de 1.º ano 1.ª vez, refletem um resultado positivo desta nova oferta formativa. No ano letivo 2015/2016 registaram-se 465 novas entradas, enquanto, em 2016/2017, esse número aumentou cerca de 8%, passando para os 500 novos alunos. Esta evolução positiva do número de novos alunos tem um reflexo positivo no número total de alunos inscritos em cursos de 2.º ciclo. No ano letivo 2015/2016 o total de alunos inscritos correspondia a 1239, ao passo que no presente ano letivo esse número subiu para os 1342, o que representa um aumento de cerca de 8%.

Tabela 3 | Análise evolutiva do número de inscritos em Mestrado

	N.º de inscritos			1.º ano / 1.ª vez ^{b)}		
	Mestrado Profissionalizante	Mestrado Científico	Total	Mestrado em Prática Jurídica	Mestrado em Ciência Jurídica	Total
2010/2011	547	457	1004	352	354	706
2011/2012	656	412	1068	362	193	555
2012/2013	593	479	1072	282	191	473
2013/2014	634	468	1102	238	160	398
2014/2015	670	505	1175	290	173	463
2015/2016	644	595	1239	264	201	465
2016/2017	456	386	1342	292	208	500

a)

a) Fonte: Fénix, dados obtidos a 19-04-2016

b) Os dados anteriores a 2016/2017 correspondem ao Mestrado Profissionalizante e Mestrado Científico.

c) Doutoramento | 3.º ciclo

Os dados referentes ao número de alunos de Doutoramento têm registado uma evolução positiva ao longo dos anos letivos. Nos anos letivos indicados na **Tabela 4** verificou-se uma tendência constante de aumento do número de inscritos no curso de doutoramento, com exceção do ano letivo 2014/2015, onde se registou um decréscimo de 14% face a 2013/2014. No ano letivo 2015/2016, por seu turno, verificou-se um aumento de 14%, comparativamente com o ano letivo anterior.

No ano letivo 2016/2017, ocorreu uma ligeira diminuição do número de novos alunos, face ao letivo transato. Assim, no ano letivo 2015/2016 ingressaram 53 novos alunos, ao passo que no presente ano letivo esse número regrediu para os 48. No que concerne ao número de alunos inscritos na segunda fase do doutoramento, o valor indicado permite concluir que, comparativamente com o ano letivo 2015/2016, registou-se uma diminuição de 61 alunos.

Tabela 4 | Análise evolutiva do número de inscritos em Doutoramento

	Parte escolar	Preparação da tese	Total
2010/2011	54	118	172
2011/2012	41	138	179
2012/2013	39	174	213
2013/2014	37	277	314
2014/2015	44	226	270
2015/2016	53	255	308
2016/2017^{a)}	48	194	242

a) Fonte: Fénix, dados obtidos a 19-04-2016

| Relatório de Atividades 2016 |

d) Cursos não conferentes de grau

O número de inscritos em cursos não conferentes de grau, leia-se Pós-Graduações, geridos pela FDUL, registaram a seguinte evolução:

Tabela 5 | Análise evolutiva do número de inscritos em cursos não conferentes de grau

	Total
2010/2011	
2011/2012	
2012/2013	
2013/2014	39
2014/2015	49
2015/2016	9
2016/2017	20 ^{a)}

a) Este número contempla os alunos inscritos em Pós-Doutoramento e na Pós-Graduação em “Ética, Direito e Pensamento Político”.

Fonte: Fénix, dados obtidos a 19-04-2016

e) Total de inscritos

O presente *item* procura apresentar uma análise global deste indicador pelos diferentes ciclos de estudo.

Entre os anos letivos 2011/2012 e 2015/2016 registou-se um aumento de 801 alunos inscritos nos diversos ciclos de estudo. O aumento mais significativo ocorreu no ano letivo 2013/2014, no qual o número de alunos inscritos, face ao ano letivo anterior, aumentou cerca de 12%. No ano letivo 2015/2016 a evolução registada significou um aumento de 2% comparativamente com o ano letivo anterior. No que concerne ao presente ano letivo os números apresentados revelam um saldo positivo de 51 alunos face ao ano letivo anterior.

| Relatório de Atividades 2016 |

Tabela 6 | Análise evolutiva do número total de inscritos

	Licenciatura	Mestrado	Doutoramento	Não conf. grau	Total
2010/2011	2764	1004	172		3940
2011/2012	2691	1068	179		3938
2012/2013	2781	1072	213		4066
2013/2014	2840	1102	314	39	4533
2014/2015	3157	1175	270	49	4651
2015/2016	3185	1239	308	9	4741
2016/2017	3188 ^{a)}	1342	242	20	4792

a) Este número contempla 289 Alunos Erasmus, 28 em Regime Livre (UC isoladas) e 9 alunos da Licenciatura em Estudos Gerais.

Fonte: Fénix, dados obtidos a 19-04-2016

2. DIPLOMADOS

a) Licenciatura / 1.º ciclo

No ano letivo 2013/2014 foram registados 363 diplomados, enquanto, no ano letivo subsequente, esse número subiu para os 381, o que representa uma evolução positiva de cerca de 5%. No ano letivo 2016/2017 o número de diplomados foi de 427, o que significa uma evolução positiva de 11%.

Tabela 7 | Análise evolutiva do número de diplomas de Licenciatura atribuídos

Licenciatura	
2010/2011	314
2011/2012	358
2012/2013	329
2013/2014	363



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

| Relatório de Atividades 2016 |

2014/2015	381
2015/2016^{a)}	427

Nota: intervalo de datas considerado 01-09-20XX a 31-08-20YY.

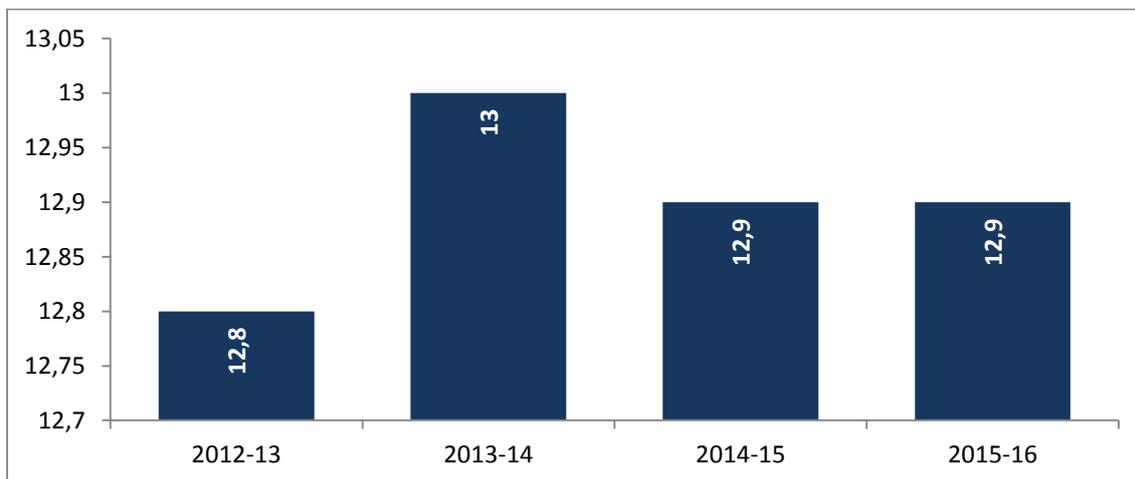
a) Dados obtidos a 06-10-2016

Fonte: SIGES/CSE

b) Notas finais da Licenciatura

O Gráfico 1 permite concluir que, em média, os graduados da Licenciatura em Direito concluem o curso com nota final de 13 valores.

Gráfico 1 | Média das notas finais de alunos graduados do curso de Licenciatura em Direito, entre os anos letivos 2012/13, 2013/14, 2014/15 e 2015/16.



Fonte: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, RAIDES 13, 14 e 15. Os dados referentes a 2015-16 foram obtidos através do SIGES/CSE à data de 06-10-2016.

c) Mestrado / 2.º ciclo

A **Tabela 8** exibe a evolução do número de diplomados em cursos de 2º ciclo. Como se verifica, a evolução registada no presente ano letivo, por comparação com o ano letivo transato, traduz-se num crescimento de 8%.

| Relatório de Atividades 2016 |

Tabela 8 | Análise evolutiva do número de diplomas de Mestrado atribuídos

	Mestrado Profissionalizan te	Mestrado Científico	Total
2010/2011	8	103	111
2011/2012	56	72	128
2012/2013	59	84	143
2013/2014	85	103	188
2014/2015	85	88	173
2015/2016^{a)}	80	108	188

Nota: intervalo de datas considerado 01-09-20XX a 31-08-20YY.

a) Dados obtidos a 06-10-2016

Fonte: SIGES/CSE. Dados obtidos a 06-10-2016

d) Doutoramento / 3.º ciclo

Na **Tabela 9** é possível verificar que a evolução do número de doutorados nos diversos anos letivos em análise tem sido irregular. Nos anos letivos 2011/2012 e 2013/2014 este número cifrou-se nos 21 doutorados, enquanto, nos restantes anos letivos, o número diminuiu significativamente. Todavia, no ano letivo 2015/2016 esse número registou uma evolução positiva, tendo-se verificado 28 diplomados.

Tabela 9 | Análise evolutiva do número de diplomas de Doutoramento atribuídos

	Doutoramento
2010/2011	9
2011/2012	21
2012/2013	6
2013/2014	21
2014/2015	11
2015/2016^{a)}	28

Nota: intervalo de datas considerado 01-09-20XX a 31-08-20YY.

a) Dados obtidos a 06-10-2016

Fonte: SIGES/CSE

| Relatório de Atividades 2016 |

e) Total de diplomados

Entre os anos letivos 2011/2012 e 2015/2016 registou-se um aumento de 131 do total de graduados, o que representa um acréscimo de 30% (cf. Tabela 10). No ano letivo 2014/2015, por seu turno, verificou-se uma diminuição ligeira, i.e. menos 7 graduados que no ano letivo 2013/2014. O ano letivo 2015/2016, por seu turno, registou um aumento de 12% face ao ano letivo anterior.

Tabela 10 | Análise evolutiva do número de diplomas atribuídos

	Licenciatura	Mestrado	Doutoramento	Total
2010/2011	314	111	9	434
2011/2012	358	128	21	507
2012/2013	329	143	6	478
2013/2014	363	188	21	572
2014/2015	381	173	11	565
2015/2016^a	427	188	28	643

Nota: intervalo de datas considerado 01-09-20XX a 31-08-20YY.

a) Dados obtidos a 06-10-2016

Fonte: SIGES/CSE

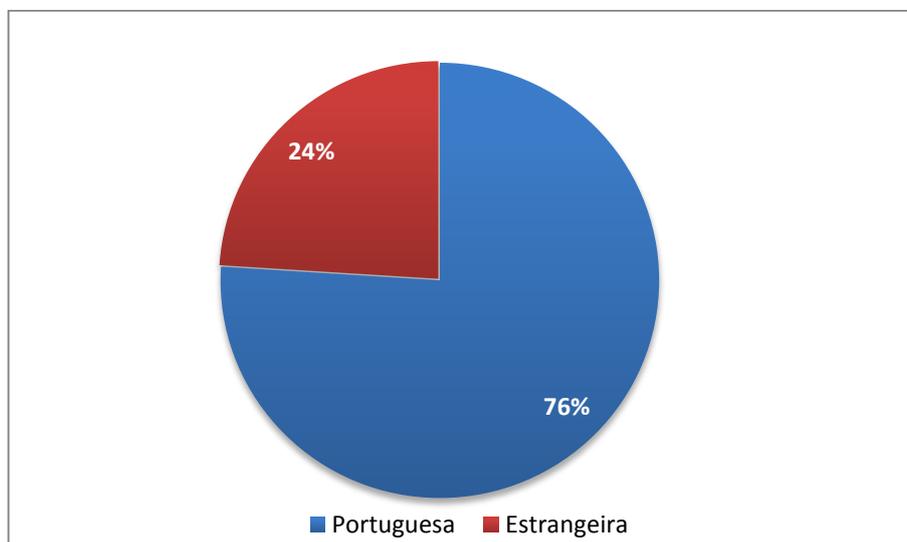
3. OUTRAS ESTATÍSTICAS ACADÉMICAS

A vida académica de uma Instituição de Ensino Superior engloba outros indicadores, para além dos anteriormente referidos, que auxiliam numa observação mais abrangente do objeto em análise. Com este propósito, de seguida serão observados outros indicadores, tais como (i) nacionalidade dos alunos, (ii) nota mínima de entrada do Concurso Nacional de Acesso (CNA), (iii) número de candidatos através do CNA, (iv) ordem de escolha dos candidatos do CNA, (v) distribuição geográfica dos candidatos do CNA e (vi) desemprego de diplomados.

a) Nacionalidade

No presente ano letivo estão inscritos 3188 alunos em Licenciatura, 1584 em Cursos de Mestrado e Doutoramento e 20 alunos em cursos não conferentes de grau (cf. tabela 6), o que perfaz um total de 4792 alunos. Destes, 1160 são de nacionalidade estrangeira, o que representa 24%.

Gráfico 2 | Percentagem de alunos inscritos por nacionalidade, no ano letivo 2016/17



Fonte: Fénix, dados obtidos a 19-04-2016

A **Tabela 11** possibilita uma observação mais detalhada sobre a nacionalidade dos alunos estrangeiros. Assim, conclui-se que o Brasil representa cerca de 55% do total de alunos estrangeiros, seguindo-se Angola, Guiné e Cabo-Verde. O conjunto destas quatro nacionalidades representa cerca de 69% do total de alunos estrangeiros. A elevada representatividade destas nacionalidades pode ser explicada pela língua e pela similitude do ordenamento jurídico entre estes países e Portugal.

Tabela 11 | Número de alunos inscritos por nacionalidade estrangeira, entre os anos letivos 2013/14, 2014/15, 2015/16 e 2016/17.



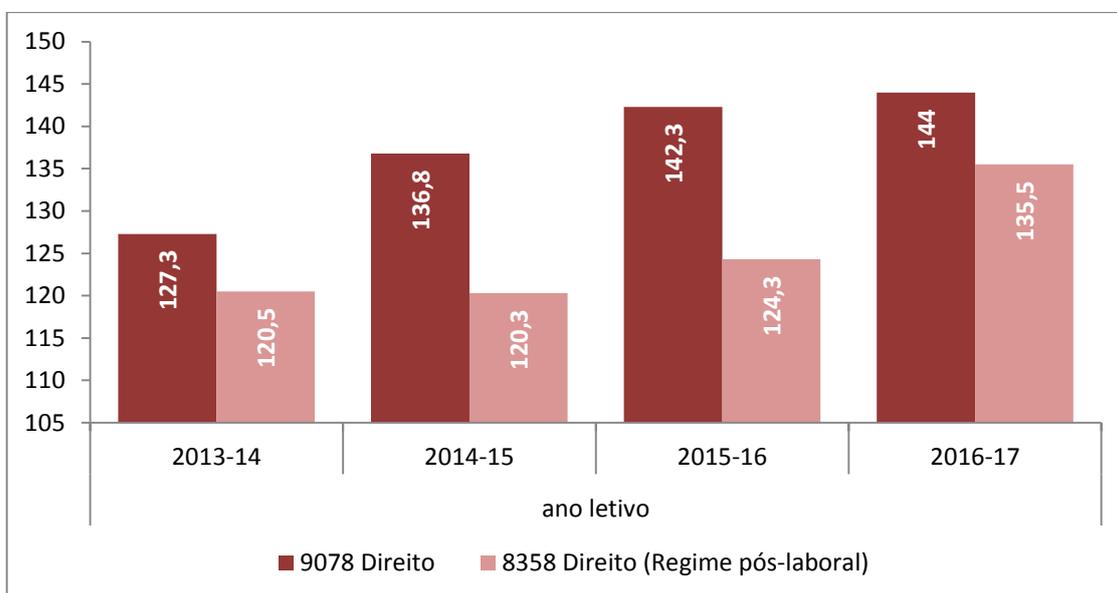
| Relatório de Atividades 2016 |

Nacionalidade	Anos Letivos				% 2016/17
	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17	
Albanesa	1			2	0,17%
Alemã	19	16	22	36	3,10%
Angolana	62	73	81	93	8,02%
Arábia Saudita					0,00%
Argentina				2	0,17%
Australiana	1				
Bangladesh				1	0,09%
Belga	3	5	7	7	0,60%
Brasileira	550	589	535	728	62,76%
Búlgara	1			3	0,26%
Cabo-Verdiana	34	35	31	33	2,84%
Chilena			2	1	0,09%
Chinesa	3	5	8	9	0,78%
Colombiana	1	1	1	2	0,17%
Croata	2	4		4	0,34%
El Salvador			1		
Eslováquia				4	0,34%
Eslovénia	10	7	4	5	0,43%
Espanhola	11	17	15	20	1,72%
Estados Unidos da América	1	1	1		
Francesa	8	13		16	1,38%
Gregã	2	2	1		
Guineense	33	39	55	65	5,60%
Holandesa	2	1	4	12	1,03%
Húngara	1		3	4	0,34%
Irão			1		
Italiana	25	20	35	43	3,71%
Japão	1				
Letónia		1	2	2	0,17%
Lituânia			2	5	0,43%
Macaense		1	1	2	0,17%
Moçambicana	9	11	11	14	1,21%
Moldávia	2	1	1	1	0,09%
Norueguesa		1	1		0,00%
Perú	1	1	1	1	0,09%
Polaca	6	7	8	8	0,69%
Reino Unido	2	2	2	1	0,09%
Republica Checa		1	3	2	0,17%
Romena	1	1	3	2	0,17%
Ruanda				1	0,09%
S. Tomense	14	13	14	10	0,86%
Senegal		1			
Síria			2	3	0,26%
Suíça				2	0,17%
Timor Leste		1		2	0,17%
Togo				1	0,09%
Turquia	1	1	2	4	0,34%
Ucraniana	4	6	6	9	0,78%
Uruguai			1		
Total Geral	811	877	867	1160	

b) Nota de entrada através do Concurso Nacional de Acesso (CNA)

O **Gráfico 3** permite observar uma evolução positiva nos quatro anos letivos em análise, sendo de destacar o aumento da média de entrada no curso id. 9078, que no presente ano letivo se cifrou nos 144.

Gráfico 3 | Nota de Candidatura do Último Colocado na 1ª fase do Concurso Nacional de Acesso, entre os anos letivos 2013/14, 2014/15, 2015/16 e 2016/17



Fonte: DGES, Concurso Nacional de Acesso, 2013, 2014, 2015 e 2016

Em comparação com as principais congéneres nacionais, a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa fica-se pelo 5º lugar (cf. tabela 12). Este posicionamento pode, em grande parte, ser explicado pelo número de vagas disponíveis na 1ª fase do Concurso Nacional de Acesso. Apesar do número de vagas no curso diurno ter sido reduzido em 20, a FDUL continua a ser a Faculdade que disponibiliza o maior número de vagas (460).

| Relatório de Atividades 2016 |

Tabela 12 | Nota de Candidatura do Último Colocado na 1ª fase do Concurso Nacional de Acesso de 2016/17, por Instituição de Ensino Superior

Instituição	Nota último colocado	N.º Vagas
Universidade do Porto - Faculdade de Direito	167	155
Universidade do Minho	159	110
Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de	157	100
Universidade de Coimbra - Faculdade de	145,5	334
Universidade de Lisboa - Faculdade de Direito	144	460

Fonte: DGES

No entanto, atendendo à classificação de acordo com a ordem de ingresso na faculdade, o 100.º candidato colocado no curso diurno (9078) pela FDUL apresenta uma classificação de 163 valores, significativamente superior à registada na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa (157 valores).

De igual modo, o 110.º candidato colocado apresenta 162 valores, também superior aos 159 valores do candidato colocado em idêntica posição pela Faculdade de Direito da Universidade do Minho.

Por último, o colocado em 334.º lugar na FDUL apresenta uma classificação de 147,8 valores, igualmente superior à registada na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (145,5 valores).

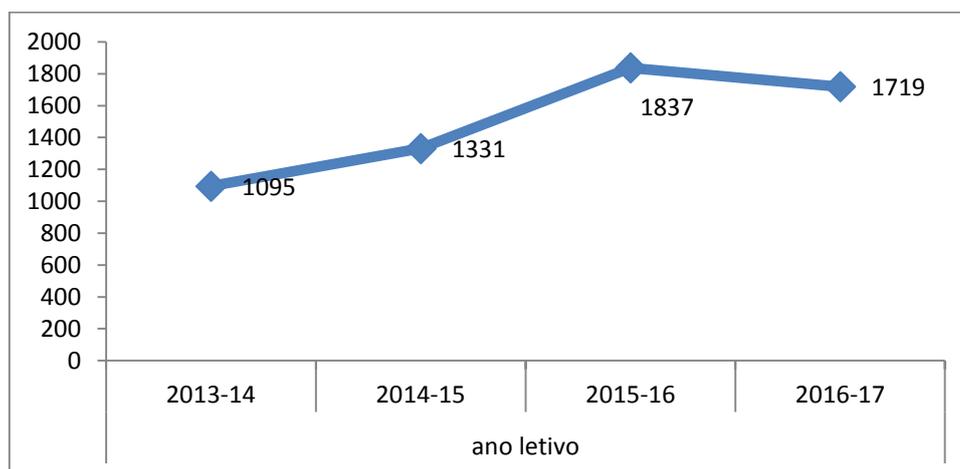
De referir ainda que os primeiros doze colocados na FDUL apresentam uma média de 19 valores, enquanto os vinte colocados que se seguem apresentam média de 18 valores. A análise destes dados reforça a conclusão que os melhores alunos colocam como primeira opção a nossa Faculdade.

c) Total de candidaturas através do CNA

A evolução do número de candidaturas através do Concurso Nacional de Acesso, registado entre os anos letivos em análise no Gráfico 4, é significativamente positiva. Entre os anos letivos 2015/2016 e 2013/2014 registou-se um aumento de 68%. Porém, no presente ano letivo assistiu-se a uma diminuição de 118 no número de candidaturas, i.e. menos 6%.

| Relatório de Atividades 2016 |

Gráfico 4 | Número de candidaturas através do CNA, à Licenciatura em Direito (id. 9078), entre os anos letivos 2013/14, 2014/15, 2015/16 e 2016/17

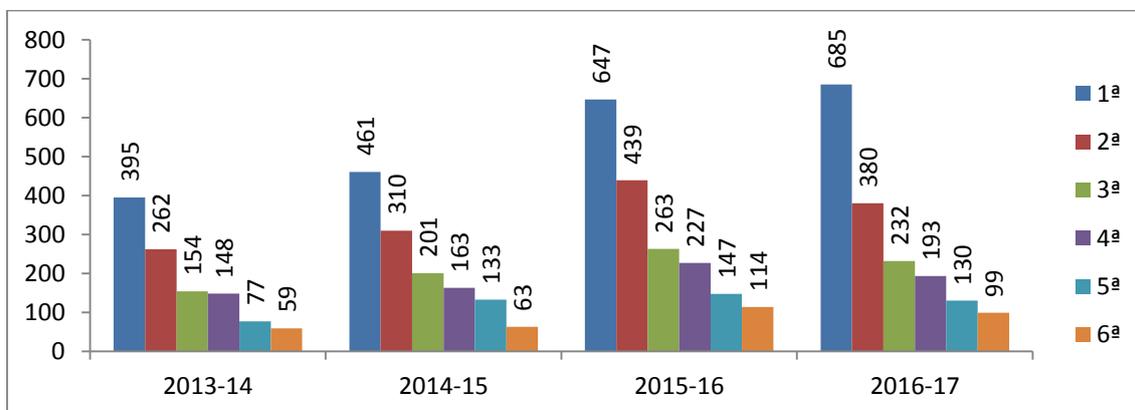


Fonte: DGES, Concurso Nacional de Acesso, 2013, 2014, 2015 e 2016

d) Ordem de escolha dos candidatos do CNA

O Gráfico 5 relata a evolução positiva do número de candidatos que indicaram o curso de licenciatura em Direito como primeira opção, apesar da diminuição do número de candidatos registados no ano letivo 2016/2017 (cf. gráfico 4).

Gráfico 5 | Número de candidaturas à 1ª fase do CNA, por ordem de escolha dos candidatos, nos anos letivos 2013/14, 2014/15, 2015/16 e 2016/17.

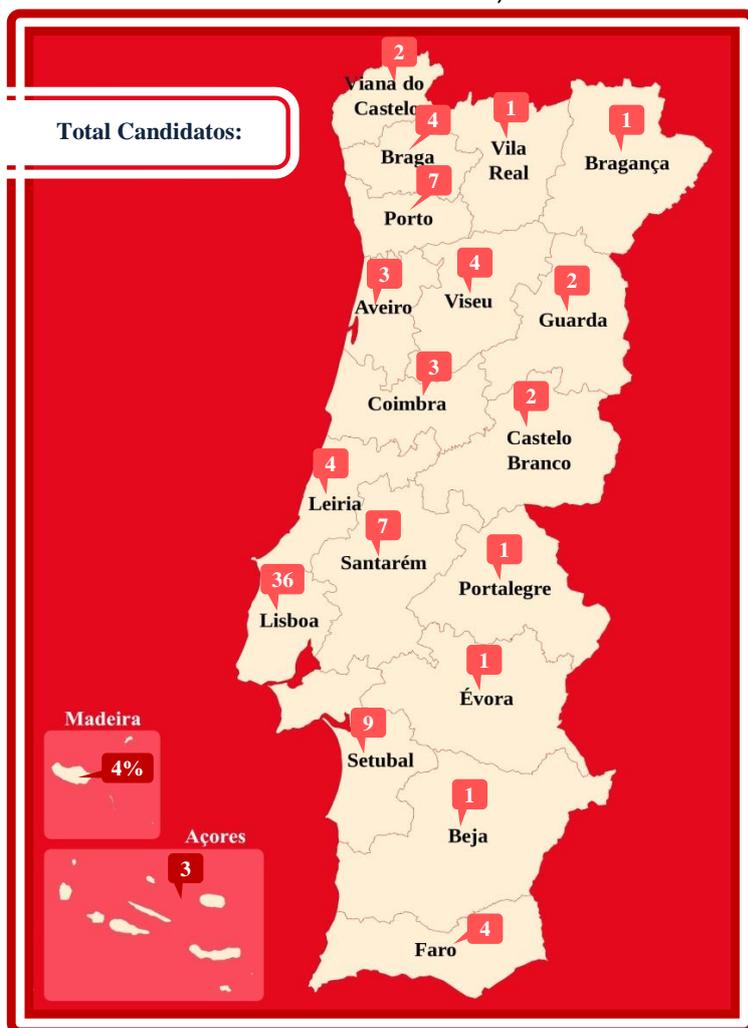


Fonte: DGES, Concurso Nacional de Acesso, 2013, 2014, 2015 e 2016.

e) Distribuição geográfica dos candidatos à Licenciatura em Direito

A análise do indicador “distribuição geográfica dos candidatos” possibilita a observação do nível de influência territorial da FDUL. Os dados patentes na **Ilustração 1** são conclusivos: 36% dos candidatos do CNA são provenientes do Distrito de Lisboa, sendo 18% provenientes dos 3 distritos limítrofes. Numa observação mais detalhada deste indicador pelos concelhos do Distrito de Lisboa verifica-se o com maior peso do conselho de Lisboa, logo seguido por Sintra e Cascais.

Ilustração 1 | Distribuição geográfica dos candidatos à primeira fase do CNA do ano letivo 2016/17



Fonte: DGES, Concurso Nacional de Acesso de 2016

Tabela 13 | Número de candidatos à 1ª fase do CNA, por Concelho do distrito de Lisboa

Concelho	Total
Lisboa	289
Sintra	79
Cascais	74
Oeiras	48
Loures	28
Amadora	20
Mafra	14
Odivelas	16
Vila Franca de Xira	14
Torres Vedras	20
Alenquer	7
Sobral de Monte Agraço	2
Arruda dos Vinhos	8
Azambuja	3
Lourinhã	5
Total Geral	627

FFonte: DGES, Concurso Nacional de Acesso de 2016

f) Desemprego de diplomados

A análise do nível de empregabilidade dos cursos superiores é um tema que está na ordem do dia. Nos últimos anos têm surgido várias Instituições oficiais, e não oficiais, que publicam com regularidade os *rankings* da Universidades e Cursos Superiores. Um dos indicadores utilizados na fórmula de cálculo desses *rankings* diz respeito à taxa de empregabilidade.

A Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência tem vindo a disponibilizar na sua página oficial (Link: www.dgeec.mec.pt) desde 2011, estatísticas relativas aos desempregados registados com habilitação superior. A Tabela 14 provém dessa Entidade Pública. Os dados aí relatados asseguram à FDUL, na análise da proporção de desempregados face ao total de diplomados, o primeiro lugar das Instituições em referência. A FDUL registou 2,7% de desempregados em junho de 2015, de um total de 13861 diplomados. Importa aqui referir que a Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência ainda não divulgou os dados relativos a 2016, pelo que os elementos agora apresentados correspondem aos que foram divulgados no anterior Plano de Atividades.

| Relatório de Atividades 2016 |

Tabela 14 | Número de diplomados desempregados em junho de 2015, com habilitação superior obtida entre 1984 e 2014 e aos diplomados entre 1984 e 2014

Instituição de Ensino Superior	Total de Desempregados ^{a)}	Total de Diplomados ^{b)}	Percentagem de Desempregados face ao Total de Diplomados
Universidade de Lisboa - Faculdade de Direito	287	13861	2,07%
Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Direito	26	1116	2,33%
Universidade Católica Portuguesa - Faculdade de	162	6329	2,56%
Universidade Independente	6	234	2,56%
Universidade de Coimbra - Faculdade de Direito	243	9361	2,60%
Universidade Moderna	56	2132	2,63%
Universidade Internacional	73	2695	2,71%
Universidade Portucalense Infante D. Henrique	77	2171	3,55%
Universidade Autónoma de Lisboa	164	4295	3,82%
Universidade Lusíada	239	6173	3,87%
Instituto Superior Bissaya Barreto	9	230	3,91%
Universidade do Porto - Faculdade de Direito	102	1542	6,61%
Universidade do Minho	110	1662	6,62%
Universidade Lusófona de Humanidades e	149	2210	6,74%
Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes	10	130	7,69%

a) Total de Desempregados com habilitação superior obtida entre 1984 e 2014

b) Total de Diplomados entre 1984 e 2014

Nota: Dados relativos aos desempregados registados no IEFP (junho/2015)

Fonte: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, caracterização dos desempregados registados com habilitação superior, 2015 disponível em (clique [aqui](#)).

3. APOIO AOS ESTUDANTES

As atividades da FDUL neste domínio integram-se no Centro de Apoio ao Estudante (CAE) e compreendem as vertentes de *saídas profissionais, responsabilidade social, tutorias e apoio a estudantes com necessidades educativas especiais*.

O **Gabinete de Saídas Profissionais** tem como principal objetivo ajudar os atuais e antigos alunos da FDUL a entrar no mercado de trabalho, proporcionando-lhes várias ferramentas de procura de emprego. Desde o final de Maio, o GSP funciona num novo espaço, junto ao antiteatro 2, num local silencioso e com bastante luz natural.

No período considerado o Gabinete de Saídas Profissionais desenvolveu, entre outras, ações nos seguintes âmbitos:

- **Portal Emprego. Atualização do Portal Emprego.** Estão em curso alterações para tornar o nosso Portal mais atrativo e que desperte cada vez mais interesse junto dos nossos alunos. Seguiu-se uma metodologia de comparação com os restantes sites do grupo Universia, e pretende-se aproxima-lo do site da Faculdade. *Números.* No período considerado, são os seguintes os dados referentes ao novo Portal de Emprego FDUL: 197 entidades registadas, 1054 CV registados, 63 ofertas de emprego divulgadas; 206 candidaturas efetuadas através do Portal. Verifica-se que cada vez mais os alunos utilizam o Portal mensalmente, nomeadamente nos meses de Setembro e Outubro.
- **Divulgação de Ofertas e Protocolos de Estágios.** O GSP divulga, através das duas plataformas que dispõe (Página da Faculdade e Facebook GSP), as ofertas de estágio, acompanha os processos de recrutamento e a elaboração dos respetivos protocolos gerais e termos de protocolo individuais (estágios curriculares e *Programa de Miniestágios*). Foram recepcionadas 114 ofertas que se concretizaram na celebração de 40 protocolos, designadamente, com as seguintes entidades: Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) e para a Comissão Nacional de Eleições (CNE). Desde maio, o Gabinete tem celebrado aproximadamente dois protocolos por semanas, na sua grande maioria para o Ministério dos Negócios Estrangeiros. Os alunos que têm vindo a estagiar no MNE têm a licenciatura, sendo no total onze, situação semelhante é no caso dos estágios curriculares institucionais com um aluno por cada uma das seguintes instituições, como o Grupo E.T.E, KPMG, Câmara de Leiria. A Autoridade da Concorrência já recebeu um aluno nosso com o Mestrado em Ciências

| Relatório de Atividades 2016 |

Jurídico Financeiras, e prepara-se para em Setembro receber mais 3 todos com o mestrado na nossa faculdade, a média nesta instituição era de um mês mas este ano e devido ao nível no nosso ensino vai prolongar o estágio para no mínimo dois meses, pode ser de três meses se os alunos assim aceitarem.

- **V Jornadas da Empregabilidade e Mês da Empregabilidade.** O Gabinete promoveu, organizou e divulgou as V Jornadas de Empregabilidade, com a intensa colaboração da AAFDL. O evento decorreu de 25 a 27 de Outubro realizando-se, no primeiro dia palestras relativas à elaboração de CVs e simulação de entrevistas; no dia seguinte tiveram lugar intervenções sobre as diversas profissões jurídicas e, por fim, realizou-se a Feira do Emprego. A Feira do Emprego teve cerca de 32 standes em constante funcionamento, estando presentes as seguintes entidades: BNP Paribas; Pra – Raposo, Sá Miranda & Associados; Pwc; RFF & Associados; Garrigues; AT – Autoridade Tributária e Aduaneira; CS Associados; Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva & Associados; Miranda & Associados; SRS Advogados; Uría Menézes, Proença de Carvalho; Liberum Advogados; Albuquerque & Associados; Macedo Vitorino & Associados; Caiado Guerreiro; CMS Rui Pena & Arnaut; SPS & Associados; AVM Advogados; Sérvulo & Associados; Deloitte; KPMG; PLMJ, Sociedade de Advogados; Linklaters; Bas, Sociedade de Advogados; Ernest & Young; Gómez Acebo & Pombo; Abreu Advogados; Raposo Bernardo & Associados; In-Lex; Marinha; Exercito; Força Aérea. No âmbito do Mês da Empregabilidade o Gabinete promoveu visitas a diversas instituições: Casa Pronta; Tribunal do Trabalho; Ministério dos Negócios Estrangeiros. No domínio das tarefas de divulgação procedeu-se à elaboração de brochuras, *banner*, cartazes e convites. O Gabinete de Saídas Profissionais contou com o patrocínio da AAFDL e da Caixa Geral de Depósitos.
- **Outras tarefas e projetos.** O objetivo de atrair os melhores estudantes do país tem sido uma das principais preocupações da Faculdade, prosseguido pelo GSP, em articulação com a comunicação e imagem. Neste sentido, a FDUL participou em várias iniciativas dirigidas a alunos do 3.º ciclo do Ensino Básico e do Ensino Secundário. Nestas iniciativas, docentes da Faculdade, bem como muitos dos seus estudantes atuais, esclareceram os potenciais futuros estudantes sobre em que consiste a licenciatura em Direito, avaliação, saídas profissionais e sobre a vida académica em geral. Este objetivo aplica-se também ao 2.º e 3.º ciclos, pelo que o GSP participou de igual modo em feiras de educação destinadas a divulgar os cursos de mestrado e de doutoramento existentes na nossa Escola.

Destacam-se as seguintes:

- FUTURÁLIA (FIL – Lisboa), 16 a 19 de março de 2016;

| Relatório de Atividades 2016 |

- Descubre a ULisboa, 14 a 20 março de 2016, Pavilhão de Portugal, Parque das Nações;
 - QUALIFICA (Porto), 14 de abril de 2016;
 - Feira do Ensino Secundário, Superior e Universitário (Oliveira do Hospital), em 29 de abril de 2016;
 - Feira de Mestrados, realizada na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, em 29 de abril de 2016;
 - Feira de Mestrados, realizada na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra em 25 de maio de 2016;
 - OPTO.EU Feira de Educação e Formação do Algarve, realizada em Albufeira nos dias 4 a 6 de maio de 2016;
 - Escola Secundária de Santa Maria (Sintra), em 31 de maio de 2016;
 - Escola Secundária Rainha Dona Amélia (Lisboa), em 2 de junho de 2016;
 - Escola Secundária Pedro Nunes (Lisboa), em 2 de junho de 2016;
 - Feira das Profissões, na Escola Secundária Pedro Nunes
- **Organização de Open-Day.** O GSP, em articulação com a AAFDL, organizou a realização do *Open Day* da Licenciatura, que teve lugar no dia 5 de maio de 2016, bem como o *Open Day* dos Mestrados e dos Doutoramentos, ocorrido em 1 de junho de 2016. O *Open Day* da Licenciatura contou com a participação de profissionais de várias áreas do Direito, desde a advocacia, até à magistratura judicial e do ministério público, passando pela docência, registos e notariado, carreira diplomática, polícia judiciária. O evento contou com a presença de centenas de estudantes do ensino secundário. O *Open Day* dos Mestrados e dos Doutoramentos deu uma especial ênfase aos novos cursos de Mestrado e de Doutoramento, que entraram em vigor no ano letivo 2016/2017. O evento contou com a participação de recém-licenciados, que deram conta da importância da conclusão do mestrado para o sucesso no mercado de trabalho. Os novos ciclos de estudo foram apresentados por docentes das respetivas áreas, que, de seguida, responderam às diversas questões colocadas pelas centenas de alunos presentes.

| Relatório de Atividades 2016 |

- **Inscrição dos novos alunos da Licenciatura e Receção ao Caloiro:** o GSP participou nas inscrições dos alunos que ingressaram na Licenciatura em Direito no ano letivo 2016/2017, bem como nas visitas guiadas organizadas pela AAFDL aos recém-chegados à Faculdade;
- **Colaboração com o Tribunal de Justiça da União Europeia**
Após contacto com esta entidade, procedeu-se à divulgação de informação sobre a carreira jurista-linguista, no âmbito de organismos da União Europeia – informação e receber por *email* após contacto telefónico – através da página FB, Portal de Emprego e via *mailing* (plataforma e-goi).
- **Atendimento aos alunos.** O GAE e o GSP realizam atendimento presencial, maioritariamente relacionado em matéria de estágios com os parceiros da FD.
- **Tutoria.** Procedeu-se à elaboração do Aviso de Candidaturas, organização das várias candidaturas a apreciar pelos elementos do júri; elaboração dos horários da tutoria, organização da sessão de abertura do novo semestre; reunião das inscrições e reencaminhamento para cada Tutor; processamento de fichas das sessões dadas, elaboração de relatórios e inquéritos aos alunos. Em setembro de 2016, foi elaborado e distribuído um folheto de divulgação da Tutoria, em especial junto dos estudantes do 1.º ano da Licenciatura.

| Relatório de Atividades 2016 |

O **Gabinete de Responsabilidade Social (GRS)** tem como missão principal proporcionar informação e facilitar o acesso a apoios sociais para a promoção da igualdade de oportunidades no ingresso e na frequência bem-sucedida da ULisboa. Atua junto dos estudantes contribuindo para a sua formação em contexto académico de cidadania ativa. O GRS apoia os estudantes da FDUL com dificuldades económico-financeiras, sociais e de integração, em articulação com os SASUL (Serviços de Ação Social da Universidade de Lisboa) e com entidades parceiras.

Apresentam-se seguidamente, e de forma sucinta, as atividades realizadas pelo GRS ao longo de 2016.

- **Atendimento a estudantes.** O GRS atendeu e acompanhou de forma personalizada cerca de duas centenas de estudantes e ex-alunos da FDUL, sobretudo em situação de comprovada carência económica, tendo, neste último caso, como principais objetivos: informar sobre apoios sociais disponíveis; e/ou apoiar na apresentação de requerimento para liquidação faseada de propinas de anos anteriores em dívida. O GRS foi igualmente chamado a acompanhar alunos: com problemas médicos, psicológicos e de integração; com problemas no Serviço de Estrangeiros e Fronteiras; com problemas de alojamento e alimentares; com problemas de material escolar/livros de estudo; com problemas com a plataforma Fénix e questões sobre os diferentes ciclos de ensino; com necessidades educativas especiais. O GRS tem também acompanhado, de forma personalizada e regular, alunos sinalizados pelos SASUL, NEA-FDL e AAFDL em situação de carência económica combinada com insucesso escolar, através, entre outros, da facilitação de acesso a materiais de estudo e o encaminhamento para as tutorias ou para apoios indiretos da AAFDL, da ULisboa ou de parceiros como a Comissão Social de Alvalade. Recentemente, o GRS vem sendo procurado amiúde por antigos alunos da FDUL que se encontram em situação económico-financeira difícil, independentemente de quererem ou não reingressar na FDUL, e ainda por alunos, em especial africanos e brasileiros, de outras Universidades portuguesas que ouviram falar dos seus serviços. No caso dos brasileiros, constata-se igualmente a procura dos serviços do GRS por potenciais candidatos a cursos na FDUL que procuram e/ou necessitam de apoios financeiros para estudar.

| Relatório de Atividades 2016 |

- ***Apreciação e acompanhamento de planos de pagamento faseado.*** *Planos de 2015/2016.* Os 43 requerimentos deferidos (e respetivos planos de pagamento) para o pagamento de dívidas dos anos letivos de 2014/2015 e anteriores foram monitorizados pelo GRS, através da consulta do processo do Aluno no SIGES, com vista à identificação atempada de situações de cumprimento/incumprimento e envio ao aluno de informação sobre a sua situação, alertando para as medidas que advêm do incumprimento, como a suspensão do acesso à secretaria virtual ou à época de exames, e indicando, sempre que disponíveis e adequados, eventuais apoios para auxiliar no suprimento da dívida, assim como a disponibilidade do GRS para ajudar na medida do possível. Dos 43 planos de pagamento, 32 alunos tinham, no início do corrente ano letivo, incumprido com as suas obrigações, havendo, no entanto, 11 alunos em situação de cumprimento. No caso dos alunos incumpridores, as taxas de incumprimento variam entre os 100% e os 2%, com 8 alunos a terem cumprido mais de metade do plano e 6 alunos com incumprimento total. *Planos de 2016/2017.* Desde junho de 2016, o GRS atendeu cerca de 50 alunos com dívidas à FDUL, que pretendiam o deferimento do pagamento através de plano de pagamento faseado. Dos processos iniciados, 39 reuniram as condições para serem devidamente instruídos, designadamente com um parecer do GRS sobre a sua viabilidade, e foram deferidos pela Direção. O procedimento de inscrição destes alunos no corrente ano letivo foi promovido em consonância e colaboração com a Divisão Académica.
- ***Encontro Nacional sobre Responsabilidade Social e Instituições de Ensino Superior.*** O GRS participou no I Encontro Nacional sobre Responsabilidade Social e Instituições de Ensino Superior organizado pela Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e pela Fórum Estudante, a 14 de dezembro, no Teatro Thalia, em Lisboa, sendo uma das poucas Escolas convidadas a título individual (os outros participantes integravam, na sua maioria, os Gabinetes e Serviços das Universidades e Politécnicos e não uma sua unidade orgânica). Para além de contribuir para a promoção da responsabilidade social das instituições de ensino superior, promoveu-se a constituição do ORSIES – Observatório Responsabilidade Social & Instituições de Ensino Superior.

| Relatório de Atividades 2016 |

- **Atribuição de Bolsas de Mérito Social na FDUL.** O GRS acompanhou, de janeiro a outubro, os bolseiros de mérito social selecionados no concurso do ano letivo 2015/2016, tendo no final recolhido relatórios dos diferentes responsáveis pelos alunos nos serviços, com uma avaliação média de bom no seu desempenho. Todos os alunos envolvidos apresentavam a sua situação de propinas regularizada, pelo que o sistema de retenção mensal de uma parcela da sua bolsa para esse efeito se revela uma medida adequada, que permite manter os alunos a estudar na FDUL. Para o segundo semestre de 2015/2016, foi selecionado 1 bolseiro para o Gabinete de Informática. O GRS colaborou, em outubro de 2016, na atribuição de 18 bolsas de colaboração de longa duração, mediante a elaboração de editais, divulgação da iniciativa, receção de candidaturas e gestão do processo de seleção dos alunos elegíveis. Os alunos selecionados no Concurso para o ano letivo 2016/2017 para as bolsas de longa duração iniciaram a 15 de outubro a sua colaboração em serviços diversos da FDUL, a saber, 3 bolseiros no Gabinete de Relações Internacionais e Erasmus, 1 bolseira no Gabinete de Comunicação e Imagem, 1 bolseira no Gabinete de Apoio aos Órgãos, 2 bolseiras no Centro de Apoio ao Estudante e 10 bolseiros na Biblioteca. A proveniência dos alunos beneficiados, à semelhança do ano anterior, é variada, com alunos portugueses, africanos, brasileiros e da Europa de leste, com um leque de idades muito alargado. O GRS faz cruzamento de dados com os SASUL e a AAFDL de modo a garantir a não duplicação ilegal de apoios e o alargamento do número de alunos beneficiados.
- **Integração de estudantes bolseiros de mérito social.** O GRS continua a contar durante 2016 com a colaboração de uma aluna bolseira de mérito social, que tem igualmente colaborado ativamente em tarefas de natureza logístico-administrativa do Gabinete de Saídas Profissionais e das Tutorias e ainda, pontualmente, na Divisão Académica. Em Outubro de 2016, foi integrada mais uma bolseira de mérito social no Centro de Apoio ao Estudante (CAE).
- **Elaboração de materiais de divulgação.** Durante o ano de 2016, a página do GRS foi sendo atualizada com informação sobre apoios sociais. O GRS atualizou igualmente um conjunto de materiais informativos sobre um amplo conjunto de apoios sociais para os alunos da FDUL, informação sobre crédito universitário e sobre alojamento, disponibilizados na página do Gabinete mas também em papel no CAE e na AAFDL.

| Relatório de Atividades 2016 |

- **Mailings aos estudantes.** O GRS procedeu ao envio de *mailings* aos estudantes, tendo como objetivo informar e dar a conhecer medidas de apoios sociais disponíveis, oportunidades de emprego e de aumento de competências (ex. linguísticas e informáticas), assim como sobre os procedimentos necessários para a regularização de dívidas.
- **Colaboração com o Gabinete de Saídas Profissionais.** Ao longo de 2016, à semelhança do passado, o GRS tem articulado de forma muito estreita a sua atuação com o GSP, sobretudo no campo das clínicas legais, oportunidades de emprego e formação, mini-estágios e empreendedorismo, partilhando informação e conjugando esforços para maior eficácia e eficiência. Da mesma forma, a preocupação com a capacitação dos alunos com problemas financeiros e de integração, em especial estrangeiros, tem movido a colaboração entre os dois Gabinetes na procura de soluções e programas adequados.
- **Colaboração com a AAFDL.** O GRS articulou-se de forma estreita com a AAFDL de modo a alargar e reforçar a missão e as atividades desenvolvidas pelo Gabinete. Assim, não só reuniu periodicamente com a AAFDL, como, de forma regular, a foi informando e envolvendo nos projetos e atividades desenvolvidos de modo a alcançar e ajudar um maior número de alunos e garantir um apoio mais sólido à comunidade. Entre outros, o GRS continuou a canalizar para a Biblioteca da AAFDL livros doados por alunos, antigos alunos, docentes e mecenas, assim como, por decisão da Direção, livros da secção de perdidos e achados. Cedeu à AAFDL material escolar (pastas, canetas, lápis, blocos de papel) sobrantes de conferências ou projetos que foram sendo organizadas na FDUL. Ademais, no concurso da AAFDL para apoios indiretos a alunos com dificuldades económicas, prestou auxílio na verificação da situação económica dos alunos e de não acumulação indevida de ajudas sociais. Por fim, o GRS continua a ceder à AAFDL, para o seu Fundo de Emergência para alunos carenciados, a totalidade dos lucros do projeto da Cartilha Legal Ilustrada.

| Relatório de Atividades 2016 |

- **Colaboração com o Núcleo de Estudantes Africanos.** Durante o ano de 2016, o GRS prosseguiu a política de articulação estreita com o NEA de forma a garantir apoio aos alunos africanos (que, de acordo com o Estudo sociodemográfico dos estudantes da FDUL elaborado pelo GRS em 2014, se apresentam como um grupo de risco significativo de carências económico-financeiras e de integração), através de sessões de esclarecimentos presenciais e eletrónicas (sobretudo sobre apoios sociais e procedimentos de regularização de dívidas) e de um encontro público alargado a 4 de maio. O GRS auxiliou igualmente o NEA, ainda que sem sucesso até ao momento, na angariação de parceiros institucionais para ajuda aos alunos africanos e está, desde de dezembro de 2016, a negociar um protocolo com a Faculdade de Letras da ULisboa para aulas gratuitas de português e inglês para estes alunos. Por fim, em dezembro, repetiu-se, com o NEA, a construção de uma rede de “casas de acolhimento” para a ceia de Natal, dia de Natal e passagem de ano para alunos que, não regressando, em especial por razões económicas, aos países de origem, nas férias, não ficassem sós nesta época.
- **Colaboração com a Câmara Municipal de Lisboa.** O GRS tem continuado a colaborar, enquanto parceiro designado pela FDUL, na Rede Social de Lisboa e no Conselho Local de Ação Social de Lisboa, promovidos pela CML, prosseguindo a colaboração para o auxílio aos refugiados, em especial em matéria de literacia e informação jurídicas, inserido no âmbito do Programa Municipal de Acolhimento de Refugiados na Cidade de Lisboa (PMAR Lx).
- **Comissão Social da Junta de Freguesia de Alvalade.** O GRS tem colaborado muito ativamente, enquanto parceiro designado pela FDUL, no projeto da Junta de Freguesia de Alvalade no desenvolvimento da Comissão Social da Freguesia de Alvalade (CSFA), participando em 5 grupos de trabalho (Infância e Juventude; Idade Maior; Direitos Humanos; Educação, Cultura e Desporto; e Acessibilidade, Cidadania e Segurança). Através da CSFA e das instituições que a compõem vem procurando e encontrando soluções para alunos com problemas financeiros e de integração, nomeadamente ampliando a rede de potenciais mecenas e conseguindo alojamento para alunos deslocados. Por outro lado, o GRS tem procurado junto da CSFA oportunidades de voluntariado para os alunos da FDUL e para Clínicas Legais de Rua (*Street Law*) de literacia jurídica. A este propósito, é de assinalar a produção de um manual de informação jurídica respondendo a uma centena de questões mais frequentes entre os cidadãos que se dirigem à Junta de Freguesia, assim como de uma dezena de *flyers* e *kits* de literacia jurídica em matérias tão diversas como a educação financeira ou o

| Relatório de Atividades 2016 |

arrendamento. Por fim, o GRS colaborou na organização e publicitação da Corrida Solidária promovida pela CSFA e que se realizou a 8 de maio.

- **Colaboração com a Fundação D. Pedro IV.** Programa de voluntariado na *Mansão de Marvila*. Durante o ano de 2016, o GRS continuou a promover o programa de voluntariado de alunos da FDUL associados ao movimento 8 & 80 na Mansão de Marvila, lar da Fundação D. Pedro IV, ao abrigo do Protocolo celebrado em 2014. O projeto envolveu mais de 35 alunos, organizados em equipas, que se deslocaram ao Lar pelo menos uma vez por mês para desenvolver atividades pedagógicas e lúdicas com os idosos, designadamente de literacia jurídica e sobre o sistema político nacional, numa lógica de Direito na Rua (*Street Law*). Nesta linha, no dia 1 de abril, foi organizada uma visita guiada de (10) idosos da Mansão à FDUL, com a colaboração da Prof^a. Isabel Graes, incluindo à Sala-Museu Marcello Caetano e à Biblioteca, em especial, à Coleção Praxistas ou de Livro Antigo. Por outro lado, os idosos foram envolvidos no projeto de ilustração do livro “A História de Portugal contada em Leis”, dirigido pelas Professoras Rute Saraiva e Isabel Graes. Os resultados alcançados, reconhecidos pelos responsáveis e técnicos da Mansão, revelaram-se muito positivos, aumentando o interesse, curiosidade e disposição dos idosos, garantindo o seu desenvolvimento cognitivo e convivência saudável. Os alunos, por sua vez, declaram a experiência muito enriquecedora. Ademais, vêm-se estabelecendo e reforçando os laços emocionais entre alunos e idosos. De modo a aumentar as competências dos alunos no seu relacionamento com os idosos, o GRS garantiu a inscrição e participação dos líderes de equipas no 3.º Congresso Nacional de Psicogerontologia, realizado na Universidade Lusófona a 24 de fevereiro. *Conferência sobre Economia Social*. Na sequência do protocolo de cooperação com a Fundação D. Pedro IV, o GRS ajudou a planear e organizar a II conferência conjunta com o título “*Economia Social: do conceito à prática*”, que se realizou no Auditório da FDUL, no dia 12 de Outubro, reunindo mais de 50 participantes, em torno de dois painéis constituídos por juristas e práticos, com a colaboração da CASES. As Atas estão a ser preparadas para publicação.
- **Novos Protocolos no âmbito da Responsabilidade Social.** O GRS, durante 2016, negociou dois protocolos no âmbito da Responsabilidade Social. O primeiro, com a Associação Mais Proximidade Melhor Vida, que acompanha idosos que vivem sós na Baixa lisboeta, inclui cooperação científica e um programa de voluntariado. Ademais, está a ser estudado com a AMPMV um programa de alojamento de alunos da FDUL em casas de idosos que residem sós na área de atuação da Associação. A AMPMV realizou, na FDUL, em novembro de 2016, com coordenação científica do Prof. Jaime Valle e

| Relatório de Atividades 2016 |

participação do Presidente da República, a sua primeira conferência sobre o Direito e direitos dos idosos (<http://www.mpmv.pt/>). O segundo protocolo, com o GRACE - Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial -, visa levar a comunidade académica a refletir, promover e desenvolver a responsabilidade social corporativa em Portugal, assim como aproveitar o voluntariado universitário (<http://www.grace.pt/>).

- **Clínica Legal de Natal.** À semelhança de anos anteriores, realizou-se, entre 16 e 18 de dezembro, a Clínica Legal de Natal com a Comunidade Vida e Paz, com a prestação de aconselhamento jurídico a pessoas sem-abrigo e carenciadas, por alunos da FDUL sob supervisão de advogados, assim como apoio na área da Cidadania. Esta iniciativa teve lugar no âmbito da 28ª Festa de Natal nas instalações do Refeitório 1 da ULisboa, na Cidade Universitária. O GRS colaborou na iniciativa mediante a divulgação e receção das inscrições dos docentes (5) e alunos interessados (20) e organização da participação dos mesmos. O GRS elaborou igualmente um projeto de protocolo de colaboração mais amplo com a Comunidade Vida e Paz que se encontra em fase de negociação.
- **Clínica de Literacia Financeira.** Aos alunos de Direito dos Mercados Financeiros, Turmas B e Noite, foi lançado o desafio de participarem na Clínica de Literacia Financeira, preparando, em grupos de trabalho, folhetos e *posters* com informação sobre vários aspetos dos mercados bancário, segurador e de capitais. Cerca de dezena e meia de trabalhos foram apresentados, focando temas como o crédito universitário, proteção contra fraudes, *spread*, taxas de juro, seguro automóvel, *swaps*. Uma mostra dos trabalhos foi afixada no átrio da FDUL, a 2 de novembro, dia da literacia financeira. Os materiais preparados foram entregues para divulgação à Comissão Social da Junta de Freguesia de Alvalade.
- **Parceria entre a FDUL e a Associação PRO BONO.** Durante 2016, a FDUL manteve, através do GRS, estreita articulação com a Associação PRO BONO, um projeto de clínica legal de voluntariado que procura promover ligações entre instituições de solidariedade social, faculdades e alunos de Direito, advogados e juristas, proporcionando apoio jurídico aos seus beneficiários mais carenciados. De destacar: cerca de 200 alunos da FDUL inscritos e ativamente a participar, representando 50% dos alunos voluntários da PRO BONO; mais de 120 Instituições de Solidariedade Social que enviam ativamente casos; mais de 400 Juristas voluntários ativos, incluindo em sociedades; mais de 150 casos recebidos em áreas diversas do Direito; organização de *kits* de informação e ações de formação para instituições; projetos de

| Relatório de Atividades 2016 |

investigação para *soft-policy*; processos de litigância estratégica intra-escritórios; conferências sobre o 3.º sector; programa de mini-estágios em conjugação com o GSP; formação aos voluntários nas instituições parceiras (ex. responsabilidades parentais, igualdade parental); envolvimento mais estreito de 2 alunas colaboradoras da FDUL na estrutura administrativa e organizativa PRO BONO; reuniões de trabalho na FDUL, no escritório da PRO BONO e ainda nas instituições beneficiárias; atribuição de nova sala para reuniões da PRO BONO na FDUL, na antiga sala do CAE; presença nas Jornadas de Empregabilidade 2016 da FDUL; sessão de divulgação da PRO BONO aos alunos da FDUL em outubro. Com o apoio da Pro Bono, o GRS construiu uma proposta à medida de um estágio para a Clínica Legal de Direitos da Criança da Faculdade de Direito da Universidade de Harvard, tendo ganhado o projeto, preparando-se para receber a partir de 3 de janeiro de 2017 uma aluna daquela instituição durante 3 semanas, acompanhando-a posteriormente até à entrega do relatório em final de abril 2017.

- **ENCLE.** O GRS intermediou a adesão da FDUL, em março de 2015 à ENCLE – European Network for Clinical Legal Education. Em 2016, foram sendo recebidas e divulgadas as iniciativas desta rede junto dos interessados (<http://encle.org/>)
- **Curso intensivo Law and Economics of Solidarity.** Com o apoio dos contactos do GRS, foi montado, no 2.º semestre de 2015/2016, o Curso intensivo Erasmus *Law and Economics of Solidarity* que granjeou meia centena de alunos nacionais e estrangeiros e cujo programa, além da parte teórica, previa o contacto com 4 instituições do 3.º sector e a elaboração de *kits* de literacia jurídica para estas.
- **Projetos bibliográficos solidários.** No seguimento da publicação, em final de 2015, da *Cartilha Legal Ilustrada*, financiada pela ULisboa e publicada pela AAFDL, o GRS realizou, a 17 de março, uma apresentação e venda da obra no Estabelecimento de Ensino de Santa Joana, cujos alunos colaboraram nas ilustrações. Recorde-se que os lucros revertem para apoio de alunos da FDUL com carências económicas e financeiras através do Fundo de Emergência da AAFDL. Seguindo o mesmo modelo de *Street Law Clinic*, o GRS, com o apoio da Prof.ª Isabel Graes e de uma dezena de estudantes dos 1.º e 2.º Ciclos da FDUL, começou a preparar a redação e publicação da obra infantil *História de Portugal contada em Leis*, que conta com ilustrações dos alunos do Agrupamento de Escolas do Catujal, Loures, e de um grupo de idosos da Mansão de Marvila. Para fomentar a literacia jurídica, os alunos do 4.º ano daquele Agrupamento, realizaram uma visita de estudo à FDUL, a 30 de maio. Neste momento,

| Relatório de Atividades 2016 |

procura-se financiamento para composição gráfica e impressão do livro, cujas receitas serão, uma vez mais, destinadas ao Fundo de Emergência Social da AAFDL.

- **Projeto 8 e 80.** O GRS tem continuado a colaborar com o projeto de voluntariado de alunos da FDUL 8 e 80, em especial no programa da Mansão de Marvila, mas também envolvendo-o em todos os pedidos de voluntariado feitos ao GRS por diversas instituições e nos projetos bibliográficos solidários.
- **Projeto Greenlex.** O GRS tem continuado a colaborar com a Greenlex (voluntariado ambiental de alunos da FDUL) na implementação, na FDUL, do projeto de reciclagem de papel por parte dos estudantes e concessionários (ex. reprografias) em troca de alimentos para o Banco Alimentar.
- **FDUL Summer Camp.** O GRS montou, organizou e geriu o *Summer Camp* na FDUL, dirigido a alunos dos 10.º 11.º e 12.º anos, realizado entre 4 a 8 de Julho de 2016 e integrado na semana de receção a alunos do secundário no âmbito da iniciativa Verão na ULisboa dirigida pela Reitoria. O Curso visava um primeiro contacto com o Direito e a realidade universitária, permitindo uma escolha informada sobre o futuro académico e profissional mas também uma preparação sólida para os desafios de uma licenciatura em ciências jurídicas. A sua estrutura incluía disciplinas de iniciação jurídica, visitas guiadas às instalações da FDUL (ex. Biblioteca, Museu, sala do Conselho Científico), à Assembleia da República, a realização de um *mock court* e de sessões ficcionadas de mediação familiar. O Curso, que contou com a participação de uma dezena de docentes da FDUL, granjeou 26 alunos, tendo sido a sua apreciação extremamente positiva, sobretudo porque coincidiu com o InnetCampus Lisboa e permitiu o convívio salutar com alunos NEE.
- **Alunos com necessidades educativas especiais.** Em 2016, o GRS recuperou, por decisão da Direção, o pelouro dos alunos com necessidades educativas especiais (NEE), anteriormente autonomizado. Desta forma, de modo a garantir o melhor atendimento primário e a tornar a FDUL uma escola inclusiva, o GRS participou ativamente nas reuniões da Rede NEE-ULisboa para aprendizagem e partilha de informações, colaborando nos seus 5 grupos (Informação: recolha/organização e divulgação; Formação; E-Learning Lab (MOOC): Formação do Docente; Empregabilidade e Futurália; Cultura/Museus e Imagens Sensoriais). Por outro lado, divulgou junto dos docentes da FDUL a inscrição e participação (gratuitas) num programa de formação docente especial para o apoio pedagógico a alunos NEE, organizado pela Rede NEE-ULisboa. O GRS teve ainda um papel primordial na

| Relatório de Atividades 2016 |

preparação de um *policy brief* e de proposta de regulamentação a apresentar às entidades legislativas e governativas competentes para a integração de alunos NEE no ensino superior, à semelhança do que já acontece para o ensino obrigatório. Assim, foi elaborado e entregue ao Reitor um projeto de lei sobre as Condições de Inclusão Plena das Pessoas com Deficiência e Incapacidades no Ensino Superior. Neste contexto, foi organizada uma MOSTRA NEE, no átrio da FDUL, entre 4 e 8 de abril, com uma exibição das valências NEE e explicação sobre a sua melhor utilização. Procurou-se, igualmente, perceber as dificuldades que enfrentam os Estudantes NEE mesmo em instalações ditas inclusivas. A MOSTRA da FDUL foi considerada a mais completa e bem conseguida por parte da Rede NEE-UL. Ademais, procedeu-se ao levantamento de todas as necessidades arquitetónicas e logísticas dos edifícios da FDUL para cumprimento da legislação aplicável em matéria de acessibilidade inclusiva, elaborando-se o respetivo relatório que foi entregue à Direção. Também se procedeu, com o apoio técnico da UEST e da Ataraxia, à avaliação das necessidades de adaptação física e de meios da sala dedicada aos alunos NEE, em especial invisuais. Com o início do ano letivo, apurou-se também a existência de uma lacuna no sistema de migração de dados entre o Ministério do Ensino Superior e a FDUL, ao não chegarem à DA nem ao GRS os processos dos alunos NEE, identificados enquanto tal aquando do preenchimento das suas candidaturas ao Ensino Superior. Além de se reportar o caso às entidades competentes para de futuro o problema não se colocar de novo e se evitar a duplicação de esforços, identificaram-se vários casos NEE, em colaboração com a DA, corrigindo-se os processos e dando-se aos alunos a conhecer o regulamento da FDUL para alunos NEE, assim como as facilidades existentes para a sua melhor integração.

- **INNET-Campus.** Por fim, o GRS encontra-se envolvido no Projeto e Consórcio INNET-Campus, liderado pelo Gabinete Erasmus (GERI) e financiado a nível europeu, para integração universitária de alunos nacionais e europeus do secundário NEE, participando em todas as reuniões havidas. Nesta matéria, organizou e lançou conjuntamente com o GERI a *Call* para 2016, em Portugal, e preparou e acompanhou, de perto e diariamente (incluindo fins-de semanas e noites), o *campus* de Lisboa que se realizou na primeira semana de Julho. Os estudantes que participaram nos campus de Granada e de Antuérpia foram acompanhados presencialmente por pelo menos um colaborador do GRS e procurou-se que, para monitores, fossem preferidos alunos da FDUL com atestadas dificuldades financeiras de modo a promover a sua integração.

4. INVESTIGAÇÃO E DIFUSÃO DE CONHECIMENTO

I. Em 2016 realizou-se a recolha da produção científica dos docentes da Faculdade entre 2013 e 2015. A referida recolha insere-se no levantamento “Produção Científica em Ciências Sociais e Humanidades”, promovido pela UL e que procura, designadamente, contribuir para a maior visibilidade da investigação científicas nestes domínios.

II. Proceceu-se ao alargamento do período de funcionamento da Biblioteca em horário pós-laboral, para as 22 horas (Despacho n.º 110/2016, disponível: http://www.fd.ulisboa.pt/wpcontent/uploads/2016/01/110.2016_Biblioteca-Horario-de-Funcionamento.pdf). Esta medida concretiza uma reivindicação antiga dos estudantes, e elimina uma injustificada dificuldade de acesso às obras e demais elementos de estudo e investigação disponibilizados pela Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

III. Em colaboração com a AAFDL e a sua editora, a FDUL promoveu a publicação de teses de doutoramento de docentes da FDUL. Eis a lista das obras publicadas ou em curso de publicação:

- a. Margarida Seixas, Pessoa e Trabalho no Direito Português;
- b. Míriam Cláudia de Sousa Silva Afonso Brigas, As Relações de Poder na Construção do Direito da Família Português [1750-1910];
- c. Inês Ferreira Leite, Ne (idem) bis in idem. Proibição de dupla punição e de duplo julgamento: contributos para a racionalidade do poder punitivo público;
- d. Gonçalo Sampaio e Mello, Guilherme Braga da Cruz – Introdução ao Estudo da sua Biografia;
- e. Miguel Teixeira Patrício, Análise económica da responsabilidade civil médica.

IV. A FDUL promoveu a publicação de duas obras de estudos em homenagem, a saber: *Liber Amicorum* Fausto de Quadros, e a obra *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Carlos Pamplona Corte-Real*.

| Relatório de Atividades 2016 |

V. Foi mantida a aposta na Revista da Faculdade, que continuou a ser publicada em 2016.

VI. Em 2016 foram realizados centenas de eventos na FDUL, nos quais se procedeu à divulgação de inúmeras áreas do Direito e ciências conexas, com organização pela própria faculdade, pelos seus institutos, e, bem assim, entidades terceiras:

Conference On The Portuguese Constitutional Court's Jurisprudence Of Crisis
Lisbon Conference On The Longer-Term Future Of The Mechanism Of The European Convention On Human Rights
Workshop sobre o Caso "Actividades militares e paramilitares na Nicarágua" – 30 anos depois, a Comunidade Internacional e o uso da força
Conferência internacional "Adapting to Climate Change: Water, Waste and other local infrastructure"
Encontro Luso-Hispano-Franco-Italiano de Teoria do Direito
III JORNADAS DE DIREITO MUNICIPAL COMPARADO LUSÓFONO
Conferência - Segurança da informação e Direito Constitucional do ciberespaço
UE. Luzes e Sombras
Encontros do Instituto Europeu
Grã-Bretanha: Sair ou não? Eis a questão
A Globalização da Contratação Pública
O Sistema Financeiro Português 40000 Milhões de Imparidades Depois
O Orçamento em Exame
Tax avoidance by multinational firms: new empirical evidence from micro-data
The OECD International Vat/Gst Guidelines
A Troca de Informações Fiscais na sequência do Panama Papers Case - Lets Talk About Law
Processo Tributario Vs Arbitragem Tributaria - Lets Talk About Law
Workshop Indemnização do Estado por praticas anticoncorrenciais
Introdução ao IVA A neutralidade do IVA na Jurisprudência Comunitária - Lets Talk About Law
Seminário - Direito da Concorrência em Espanha
Greit Lisbon Summer Course
Grã-Bretanha sair ou não eis a questão
Workshop - "Implicações Orçamentais dos Regimes Fiscais mais vantajosos"
Conferência An Overview on Pensions and on the Financial Crisis
Workshop A Dívida Publica

| Relatório de Atividades 2016 |

Conferencia - 30 Anos do IVA
Conferencia Inauguração Curso Concorrência e Regulação
Seminário -A Função dos Impostos sobre o Património no Seculo XXI – os Casos de Espanha e de Portugal
I Congresso Internacional de Arbitragem Tributaria
Orçamento em análise
I Congresso Internacional de Cidadania e Educação Fiscal na Lusofonia
Conferência “Cibersegurança: Perspetivas Multidisciplinares”
VII Encontro Luso-Brasileiro de Direito “Direitos Fundamentais: o exercício da cidadania”
Colóquio Luso-Brasileiro de Direito
Palestra “Princípios do Direito Romano na formação territorial brasileira”
Palestra “O parentesco no contexto da reprodução assistida: o debate legislativo brasileiro”
V Encontro de Jurisprudentes de Língua Portuguesa sobre a Família “Constituição e Família: as políticas e o Sínodo da Igreja Católica sobre a Família”
Colóquio Luso-Brasileiro “O Direito Pombalino no Brasil”
Palestra “Um Tribunal Internacional para a Internet?”
II Congresso Luso-Brasileiro de Direitos Humanos na Sociedade de Informação, inserido nas XII Jornadas de Arqueologia e Património Iberoamericano
Colóquio Iberoamericano “Repensar Paradigmas”: prevenção e responsabilidade”, inserido nas XII Jornadas de Arqueologia e Património Iberoamericano
III Jornadas Luso-Brasileiras de Direito Ambiental “Tutela Jurídica da Saúde Ambiental no Brasil e em Portugal”
V Congresso Luso-Brasileiro do Instituto Sílvio Meira “Os desafios do Direito: de Roma à atualidade”
Seminário "Interpretação: História e Teoria"
Palestra sobre “Regulação Bancária e Financeira no Brasil”
Palestra sobre "Riscos Cibernéticos - tendências, desafios e estratégia de defesa"
I Encontro Luso-Brasileiro “Direito, Cultura e Memória” – Homenagem ao Prof. Câmara Cascudo

| Relatório de Atividades 2016 |

Seminário Luso-Brasileiro sobre Finanças Públicas, Controle e Responsabilidade
Conferência "O Direito à Paz e o papel dos jovens juristas"
Seminário "Mediando conflitos – construindo pontes"
IV Colóquio Luso-Brasileiro de Direito "Um Direito Comum numa só língua"
II Seminário Ibero-americano de Direito e Controle "Ética, Justiça e Prestação das Contas Públicas"
Palestra "Corrupção e seus efeitos na Administração Pública Tributária e nas Licitações"
Palestra sobre Guarda Partilhada
Palestra "Impeachment e actual momento político brasileiro"
V Jornada Luso-Brasileira de Direito "Direitos Fundamentais na contemporaneidade – entre as esferas pública e privada"
Colóquio Luso-Brasileiro de Direito de Família e Direito da Bioética
Seminário "Mediação Familiar em contexto de Alienação Parental"
Jornadas Luso-Brasileiras de Direito Europeu "A Integração Política pelo Direito Comum"
Colóquio "Direitos Humanos e Direito Penal"
VI Encontro de Jurisprudentes de Língua Portuguesa sobre o Direito da Família "A Família e o Direito na tradição romanística"
Colóquio "Violência Doméstica e Alienação Parental"
No 40.º aniversário da Constituição da República Portuguesa - Conferência "A utilização da informática (art.º 35.º da CRP) - Que eficácia?"
Novas formas de intervenção monetária do BCE
Os efeitos do Acordo de Leniência na esfera penal no Direito Brasileiro: a leniência na Lei Anticorrupção e no sistema brasileiro de defesa da concorrência
Towards a Global Law of Electronic Evidence?
O emprego da vigilância eletrónica no domínio da violência doméstica: balanço e perspectivas
Conferências sobre Direito Penal do Ambiente (Itália)
Beyond "Crimes against minds"

| Relatório de Atividades 2016 |

Fundamentos das ordens normativas contemporâneas: terrorismo e estado de exceção
Reanchoring Evidence Law to Formal Rules
Study visit to IDPCC of Junior Lawyers from Court of Appeal in Berlin
The Neuroscientific challenge to Law
Colóquio com o Prof. Doutor Ken Pennington "Legítima Defesa: história, teoria e jurisprudência"
Aula Aberta com o Prof. Doutor Ken Pennington "Iberian Jurists and the rights of the native Americans in South America"
Seminário "Interpretação: teoria e história"
II Curso de Pós-Graduação de Atualização em História do Direito
III Pós-Graduação de Especialização em Ética, Direito e Pensamento Político
IV Pós-Graduação de Especialização em Ética, Direito e Pensamento Político
III Pós-Graduação de Atualização em Direito do Medicamento
Palestra com o Prof. Doutor Pedro Ortego "A outra vida nas prisões do Antigo Regime"
Palestra com o Prof. Doutor Pedro Ortego "condição penal das mulheres no Antigo Regime: teoria e realidades"
Conferência com o Prof. Doutor Georges Martyn "Iconografia do Direito e da Justiça"
I Prémio Professor Doutor Martim de Albuquerque
Curso Intensivo "Retórica Realista do Direito" com o Prof. Doutor João Maurício Adeodato
Curso Intensivo "História do Direito Público: do Antigo Regime ao Liberalismo" com o Prof. Doutor Airtón Seelaender
Conferência Internacional "Direitos Humanos: mitos fundadores e perspetivas históricas"
O XXI governo e a XIII legislatura: continuidade ou ruptura do sistema de governo?
40 anos da Constituição
Constituição e Crise
A Constituição No Contexto Das Crises Política E Económica
A Aplicação Do Direito Internacional Em Portugal
Direito Dos Idosos
Debate Público Sobre O Anteprojeto De Revisão Do Código Dos Contratos Públicos

| Relatório de Atividades 2016 |

As Eleições Presidenciais Norte-Americanas De 2016: Perspetivas De Reconfiguração Do Papel Do Presidente E Do Exercício Dos Poderes Presidenciais
Seminário Luso-Espanhol De Proteção De Dados: O Regulamento Geral De Proteção De Dados
Workshop Sobre Contraordenações Urbanísticas

VII. Os institutos da FDUL contribuíram para a oferta formativa da FDUL, através da realização das seguintes iniciativas:

Instituto de Direito do Trabalho
XVII Curso Pós-Graduado de Especialização em Direito do Trabalho: "O Direito do Trabalho em Mutação"
V Curso de Pós-Graduação em Direito Empresarial
I Curso de Pós-Graduação em Direito Marítimo e Portuário
IDC - Associação para o Estudo do Direito do Consumo
XIV Curso Pós-Graduado de Aperfeiçoamento em Direito do Consumo: "Os Contrato de Consumo nos Tribunais Portugueses"
Instituto de Direito Económico e Fiscal
Curso de Pós-graduação Avançada "A Aplicação das normas Anti-Abuso"
Curso de Pós-graduação em Direito do Setor Empresarial do Estado, das Regiões Autónomas e das Autarquias Locais
Curso de Pós-Graduação Intensivo em Contencioso Administrativo e Direito e Contencioso Tributário 2016 (Intensivo de preparação para ingresso no CEJ)
II Curso Pós-Graduado em Direito da Defesa Nacional - Direito nacional, Direito internacional e europeu, contratação pública 2016
Curso Pós-graduado em Direito da Contratação Pública - Direito Internacional e Europeu, Direito nacional e Concorrência 2016
V Curso de Contabilidade para Juristas 2016
II Curso Breve Prática Jurídica Tributária 2016
Curso de pós-graduação O Direito Europeu em Ação - A Jurisprudência do Tribunal de Justiça da União Europeia 2015_16
IV Curso de Contabilidade para Juristas 2015
XIII Curso de Pós-graduação em Direito Fiscal 2015_16
Curso Avançado "A Reforma do IRS" 2015
4º Curso de Formação para Juízes em Direito da Concorrência

| Relatório de Atividades 2016 |

Curso Breve Prática Jurídica Tributária 2015
Instituto de Valores Mobiliários
XX Curso De Pós-Graduação Em Direito Dos Valores Mobiliários
AIDA - PORTUGAL
III Curso de Pós-Graduação em Direito dos Seguros
Instituto de Ciências Jurídico-Políticas
Direito do Setor Empresarial do Estado, das Regiões Autónomas e das Autarquias Locais
Ciência da Legislação e Legística
Fiscalização concreta da constitucionalidade
Direito da Água
Contencioso Administrativo e Direito e Contencioso Tributário
Direito (do) Animal
Tecnologia, Automatização e Direito Administrativo Eletrónico
Workshop de Direito Privado da Administração Pública
Workshop De Domínio Público Da Administração
Workshop De Domínio Privado Da Administração Pública
Direito da Defesa Nacional
Direito da Contratação Pública
Curso sobre a revisão do CPTA e do ETAF
A utilização de instrumentos económicos no Direito do Ambiente
Curso de Aprofundamento sobre a Revisão do Código de Procedimento Administrativo
Direito dos Refugiados
Associação Portuguesa de Direito Intelectual
Curso de Pós-Graduação em Direito Intelectual - 2016
Curso de Verão : Direito da Propriedade intelectual
Instituto de Direito Penal e Ciências Criminais
III Curso Pós-Graduado de Atualização sobre Direito da Medicina e Justiça Penal
I Curso de Pós-Graduação sobre Law Enforcement, Compliance e Direito Penal nas atividades bancária, financeira e económica
Instituto Europeu
Pós-Graduação em Direito da Contratação Pública 2016
Instituto de Direito Privado - Centro de Investigação de Direito Privado
II Curso Pós-Graduado em Bioética
I Curso de Pós-Graduação Avançada em Direito da Arbitragem
I Curso Pós-Graduado das Sociedades Comerciais

| Relatório de Atividades 2016 |

I Curso de Pós-Graduação Avançada em Direito Societário

I Curso Pós-Graduado em Corporate Finance

I Curso de Pós-Graduação Avançada em Direito Bancário

I Curso Pós-Graduado em Corporate Governance

VIII. De referir, por último, que em 2016 a FDUL apresentou a sua candidatura à organização da conferência internacional da UACES (Academic Association for Contemporary European Studies), tendo sido selecionada para a realização deste evento em 2019. A conferência reúne centenas de especialistas de vários países e tem em vista a discussão de temas relacionados com a Europa e a União Europeia.

5. INTERNACIONALIZAÇÃO

A FD consolida e desenvolve a sua ação internacional promovendo a cooperação científica, a cooperação pedagógica, o intercâmbio, a mobilidade dos seus estudantes e docentes, a integração em redes internacionais e a colaboração com faculdades estrangeiras e outras instituições jurídicas de referência.

A FDUL participa em várias redes e consórcios internacionais de Faculdades de Direito, integrando a ELFA (*European Law Faculties Association*), a Rede ELPIS, a Rotterdam Law Network, a EuropePolis e a Nanterre Network.

No ano de 2016, a FDUL assegurou a participação dos seus alunos em competições internacionais de *moot court*, designadamente, no *Phillip C. Jessup International Law Moot Court*, com uma equipa composta por cinco alunos e por dois docentes treinadores.

A internacionalização da Faculdade concretiza-se, principalmente, através do *Gabinete Erasmus e de Relações Internacionais (GERI)*, do *Instituto da Cooperação Jurídica (ICJ)* e do *Instituto de Direito Brasileiro (IDB)*.

No ano letivo de 2015/2016, o **Gabinete Erasmus e de Relações Internacionais (GERI)** desenvolveu as seguintes atividades:

- **Programas e redes.** Acompanhamento da participação da FDUL nos programas, redes de cooperação e intercâmbio: ELFA (*European Law Faculties Association*); Rede ELPIS; Rede EuropePolis; Rede de Direito de Roterdão (*Rotterdam Law Network*); Rede de Nanterre (*Nanterre Network*). Celebração de protocolo com a Loyola University New Orleans College of Law, em Nova Orleães, E.U.A, estabelecendo um Mestrado com um programa comum (LLM), com foco em Direito do Comércio Internacional e/ou Direito Comparado.
- **Protocolos.** Acompanhamento da participação da FDUL seguintes protocolos: (1) Parceiros do Programa Erasmus Mais (número total de parceiros: 28); (2) Parceiros internacionais (não pertencentes ao Programa Erasmus +) (número total de parceiros: 74); (3) Programa Almeida Garrett
- **Intercâmbio de estudantes.** Estudantes recebidos: 311 (222 no âmbito do Programa Erasmus +, 88 recebidos através de Parceiros Internacionais (não pertencentes ao Programa Erasmus +); e 1 ao abrigo do Programa Almeida Garrett). Estudantes enviados: 89 (43 no âmbito do Programa Erasmus +; 43 através de Parceiros

| Relatório de Atividades 2016 |

Internacionais (não pertencentes ao Programa Erasmus +); e 3 ao abrigo do Programa Almeida Garrett).

- **Intercâmbio de docentes.** Docentes recebidos: 27; docentes enviados: 4.
- **Mestrado Erasmus Mundus.** No âmbito do Mestrado Conjunto Erasmus Mundus, em 2015/2016, 4 alunos defenderam, com aproveitamento, a tese de mestrado em “European Legal Practice. Em 2015/2016, e no que diz respeito aos alunos do segundo ano do mestrado Erasmus Mundus, houve 2 alunos enviados, ambos para a Université de Rouen, em França.
- **Cursos intensivos e professores visitantes.** No ano letivo de 2015-2016, o GERI ocupou-se da organização, promoção e acompanhamento de 25 cursos intensivos, com um total de 1158 inscrições de alunos, a saber: “Direito Constitucional Europeu: Crise Económica e Globalização” (3ª edição), Professor Doutor Francisco Balaguer Calléjon - Universidade de Granada; “Direitos Humanos”, o Professor Doutor Peter Kirchsläger, University of Yale; “Introdução ao Direito Norte-Americano” (5ª edição), Professor Doutor Patrick Ryan Hugg, Loyola University, em New Orleans; “Convenção das Nações Unidas sobre Contratos para a Venda Internacional de Mercadorias, em comparação com a Lei alemã”, Professor Doutor Raphael Koch, University of Augsburg; “Delinquência Juvenil e Sistema de responsabilidade penal: uma visão comparada hispano-portuguesa”: uma visão comparada hispano-portuguesa”, Professor Doutor Octavio Garcia Perez, Universidad de Málaga; “Direito Comportamental e Economia”, Professora Doutora Rute Saraiva, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa; “Proteção de Minorias no Direito Nacional, Supranacional e Internacional – Aspectos Básicos e Últimos Desenvolvimentos”, Professor Doutor Rainer Arnold, Universität Regensburg; “Direito Internacional de Aviação”, Professora Doutora Regina Valutyte, Mykolas Romeris University; “Teoria e Prática da Democracia no Espaço Europeu”, Professor Doutor Stephane Pinon, da Université de la Rochelle; “Arbitragem no Direito Económico Internacional”, Professor Doutor Millán Requena Casanova, Universidad de Alicante; “Globalização e protecção internacional dos Direitos Humanos”, Professora Doutora Marine Toullier, University of Rouen; “Cooperação da Justiça e dos Assuntos Internos da União Europeia”, Professor Doutor Jaap de Zwaan, Erasmus University Rotterdam; “Direito e Economia Social”, Professora Doutora Rute Saraiva, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa; “Local de Trabalho e Representação ao nível da Administração: Standards mínimos Europeus para participação dos trabalhadores na tomada de decisão (Direitos de

| Relatório de Atividades 2016 |

informação e consulta nos Estados-Membro da EU)”, Professor Doutor Seul Otmar, University of Paris Ouest-Nanterre-La Defense; “A corrupção como um problema da nossa sociedade”, Professor Doutor Janez Kranjc, University of Ljubljana; “Direito Administrativo Europeu: Fundações e questões actuais”, Professor Doutor Jacques Ziller; “Direito da Concorrência Europeu I: a Lei da Estrutura de Mercado”, Professor Doutor Bernd Oppermann, Hannover University; “Direitos da Personalidade”, Professor Doutor Sílvio Beltrão, da Universidade Federal de Pernambuco; “Teoria Geral do Federalismo. Problemas e desafios. Especial referência a Espanha e ao problema Catalão”, Professor Doutor Vicente A. Sanjurjo Rivo, Universidade de Santiago de Compostela; “Bioética”, Professor Doutor Pierre-Henri Prétot, da Université Cergy-Pontoise; “Direito Constitucional Europeu”, Professor Doutor Fausto Vecchio, Università degli Studi di Enna “Kore”; “História da Teoria do Crime: da formação da dogmática ao Direito Constitucional Penal”, Professor Doutor Cláudio Brandão, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais; “Princípios de Direito Constitucional”, Professor Doutor Antonio D’Atena, Università degli Studi di Roma Tor Vergata; “Introdução ao Direito Privado Europeu”, Professor Doutor Andreas Schwartz, da University of Innsbruck.

- **Representação da Faculdade de Direito em eventos internacionais.** O GERI assegurou a representação da FDUL em 6 eventos internacionais.
- **Reunião Rede ELPIS.** No ano de 2016, coube à Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, enquanto coordenadora da Rede ELPIS, a organização do encontro anual da rede; neste encontro participaram 35 professores oriundos de vários países.
- **Programa INnetCAMPUS.** No período considerado o GERI participou ativamente no referido programa de que é participante a Faculdade. O programa INnetCAMPUS, criado no âmbito do programa Erasmus+ e financiado pelo mesmo, é organizado conjuntamente pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, a Fundação ONCE, a Faculdade Artesis Plantijn da Universidade de Antuérpia (Bélgica) e a Universidade de Granada (Espanha). Este programa pretende proporcionar uma experiência em ambiente universitário a jovens estudantes com necessidades educativas especiais, provenientes do ensino secundário ou equivalente e é financiado pelo Programa Erasmus+ da União Europeia.

| Relatório de Atividades 2016 |

Através do **Instituto de Cooperação Jurídica (ICJ)** a FDUL promoveu, no ano de 2016, *atividades de docência e ensino* de cursos conferentes de grau e de cursos pós graduados, bem como a realização de *conferências* e a continuidade da *atividade editorial*.

Um número total de 1003 alunos beneficiou no estrangeiro da **lecionação** por docentes da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, ou por docentes por estes coordenados, no âmbito da Cooperação Jurídica, correspondendo esse total a 449 alunos de Cursos de Licenciatura, 302 alunos de Cursos de Mestrado, 225 alunos de Cursos de Pós-Graduação e 27 alunos de Cursos de Doutoramento.

Considerando a distribuição geográfica:

- ANGOLA - 113 alunos

87 alunos nos Cursos de Mestrado: I Curso de Mestrado em Ciências Jurídico-Políticas (realizado em colaboração com a Faculdade de Direito da Universidade José Eduardo dos Santos (FDUJES), no Huambo); I Curso de Mestrado em Ciências Jurídicas (realizado em colaboração com a FDUJES); II Curso de Mestrado em Ciências Jurídicas (na Faculdade de Direito da Universidade Mandume Ya Ndemufayo (FDUMN), no Lubango); I Curso de Mestrado em Ciências Jurídico-Civis (realizado em colaboração com a Faculdade de Direito da Universidade Onze de Novembro (FDUON), em Cabinda); I Curso de Mestrado em Ciências Jurídico-Políticas (realizado em colaboração com a Faculdade de Direito da Universidade Onze de Novembro (FDUON), em Cabinda).

26 alunos nos Cursos de Pós-Graduação: II Curso de Formação Avançada para candidatos ao Doutoramento (na FDUMN); I Curso de Pós-Graduação em Direito dos Registos e do Notariado (em colaboração com a FDUMN).

- CABO VERDE – 44 alunos

14 alunos no Curso de Mestrado: I Curso de Mestrado em Direito (parceria entre a FDUL e a Universidade do Mindelo, em São Vicente); I Curso de Mestrado em Direito Privado e Processo Civil (em colaboração com o Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais de Cabo Verde, ISCSJ);

30 alunos no Curso de Pós-Graduação: I Curso de Pós-Graduação em Direito dos Contratos (Civis, Bancários, Seguros, Públicos e Internacionais) (em parceria entre a FDUL e o ISCSJ).

- GOA – 39 alunos

39 alunos no Curso de Pós-Graduação: IX Curso de Pós-Graduação para a atribuição do Diploma de Direito Civil (em colaboração com o *V.M. Salgaocar College of Law*, de Pangim, em Goa)

- GUINÉ-BISSAU – 356 alunos

296 alunos no Curso de Licenciatura: A FDUL assegura a coordenação científica da

| Relatório de Atividades 2016 |

Faculdade de Direito de Bissau (FDB), através de um Assessor Científico, Professor da FDUL, que desempenha funções de supervisão científica e pedagógica sobre o conjunto da atividade letiva da FDB, e a regência, através de dois Assistentes, de várias disciplinas da Licenciatura em Direito;

60 alunos no Curso de Pós-Graduação: I Curso de Pós-Graduação em Direito das Telecomunicações (em colaboração com a FDB).

- MACAU – 3 alunos

3 alunos no Curso de Doutoramento: I Curso de Doutoramento em Administração Pública (em colaboração com o Instituto Politécnico de Macau).

- MOÇAMBIQUE – 402 alunos

153 alunos no Curso de Licenciatura: A FDUL assegurou a lecionação de várias disciplinas na Licenciatura em Direito da Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane, em Maputo, através de uma Assistente;

155 alunos nos Cursos de Mestrado: IV Curso de Mestrado em Ciências Jurídicas (na Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane (FDUEM), em Maputo); III Curso de Mestrado em Ciências Jurídico-Económicas (na FDUEM); III Curso de Mestrado em Ciências Jurídico-Políticas (na FDUEM); IV Curso de Mestrado em Ciências Jurídico-Económicas (em colaboração com a FDUEM); V Curso de Mestrado em Ciências Jurídicas (em colaboração com a FDUEM); II Curso de Mestrado em Direito dos Petróleos e do Gás (em colaboração com a FDUEM); IV Curso de Mestrado em Ciências Jurídico-Políticas (na FDUEM); I Curso de Mestrado em Direito Judiciário (em colaboração com a Faculdade de Ciências Sociais e Humanidades da Universidade Zambeze (FCSHUZ) e a FDUEM);

70 alunos no Curso de Pós-Graduação: II Curso de Pós-Graduação sobre Direito da Energia (em colaboração com a FDUEM, em Maputo); I Curso de Pós-Graduação em Ciências Jurídico-Empresariais (na FDUEM); I Curso de Pós-Graduação em Direito dos Petróleos e do Gás (na FDUEM); II Curso de Pós-Graduação em Ciências Jurídico-Empresariais (na FDUEM);

24 alunos no Curso de Doutoramento: I Curso de Doutoramento em Direito (na FDUEM); II Curso de Doutoramento em Direito (na FDUEM).

- TIMOR-LESTE – 46 alunos

22 alunos nos Cursos de Mestrado: O I Curso de Mestrado em Direito (na Universidade Nacional de Timor-Leste); II Curso de Mestrado em Direito (Universidade Nacional de Timor-Leste)

As atividades de cooperação envolveram 23 docentes da FDUL.

O ICJ promoveu a realização ou a participação de professores da FDUL nas seguintes **conferências**: Conferências proferidas na Faculdade de Direito da Universidade 11 de Novembro, em Cabinda: “Insolvência de pessoas singulares”, Prof.^a Doutora Adelaide Menezes Leitão; “O direito à boa administração”, Prof.^a Doutora Carla Amado Gomes; “A crise

| Relatório de Atividades 2016 |

económica e os contratos internacionais”, Prof. Doutor Dário Moura Vicente; “A evolução do Direito Administrativo; Do Estado Social ao Estado Garante”, Prof. Doutor Lourenço Vilhena de Freitas; “Novas tendências da Responsabilidade Civil”, Prof. Doutor Luís Menezes Leitão; “A democracia constitucional como democracia protegida”, Prof. Doutor Luís Pereira Coutinho. Outras conferências: “O papel do costume no Direito Comparado”, Prof. Doutor Dário Moura Vicente, Huambo, Angola; “O novo regime norte-americano e europeu do segredo de negócio”, Prof. Doutor Dário Moura Vicente, São Paulo, Brasil. “Arbitragem em matéria laboral em Angola e Portugal”, Prof. Doutor Dário Moura Vicente, Luanda, Angola.

No âmbito da respetiva atividade editorial, o ICJ promoveu a **publicação** das seguintes obras: *A Convenção de Arbitragem no Direito Angolano* – Lino Diamvutu (Almedina, 2016); *Direito Comparado. Perspectivas Luso-Americanas/Comparative Law. Portuguese-American Perspectives*, vol. III (Almedina, 2016).

O **Instituto de Direito Brasileiro (IDB)** promove e apoia os estudos de Direito Brasileiro e, em especial, as suas ligações com o Direito Português. No período em apreciação o IDB promoveu a realização de protocolos com instituições culturais, judiciárias, jurídicas e académicas do Brasil; apoiou as atividades organizadas pelos Centros de Investigação e os Institutos da Faculdade que envolvam professores e universidades ou escolas da magistratura, procuradoria, defensoria e advocacia do Brasil; organizou, a solicitação das entidades brasileiras ligadas à FDL por protocolo, cursos de atualização de curta duração, não conferentes de grau; apoiou as atividades do Núcleo de Estudantes Luso-Brasileiros (NELB) e de alunos brasileiros dos cursos de mestrado e de doutoramento; publicou, sob a forma de E-books, as palestras e conferências realizadas pelo IDB ou com o seu apoio; apoiou a deslocação à FDL de professores e magistrados brasileiros, por sugestão de professores da Faculdade; incentivou, através de ações de divulgação da FDL no Brasil, a vinda de estudantes brasileiros para os cursos de mestrado, doutoramento e para o pós-doutoramento na Faculdade.

Apresentam-se, em síntese, as atividades desenvolvidas pelo IDB da FDUL no ano de 2016.

- **Protocolos.** No ano de 2016 foram celebrados 16 novos protocolos com instituições brasileiras, elencando-se, em seguida, a totalidade dos protocolos em vigor, geridos pelo IDB no ano de 2016. *Estado do Pará* Faculdade Integrada Brasil Amazônia; Instituto Sílvio Meira; Ministério Público de Contas do Estado do Pará. *Estado de Tocantins* Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins / Escola Superior da Magistratura Tocantinense / Fundação de Apoio Científico e Tecnológico do Tocantins / Universidade Federal do Tocantins. *Estado do Rio Grande do Norte* Centro

| Relatório de Atividades 2016 |

Universitário do Rio Grande do Norte; Colégio de Directores de Escolas dos Ministérios Públicos do Brasil; Faculdade Maurício Nassau; Ludovicus - Instituto Câmara Cascudo; Universidade Federal Rural do Semi-Árido; Universidade Potiguar. *Estado do Maranhão* Universidade CEUMA. *Estado de Pernambuco* Escola da Magistratura Federal da 5.ª Região; Escola Superior da Magistratura de Pernambuco; Faculdade Damas da Instrução Cristã; Faculdade Marista de Recife; Faculdades Integradas Barros Melo; Universidade Católica de Pernambuco. *Estado da Bahia* Escola Superior de Advocacia Orlando Gomes; Faculdade Baiana de Direito e Gestão; Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Bahia. *Estado do Ceará* Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará; Faculdade Farias Brito; Faculdade Sete de Setembro; Tribunal de Contas do Estado do Ceará; Universidade de Fortaleza. *Estado da Paraíba* Tribunal de Justiça da Paraíba. *Estado do Sergipe* Universidade Tiradentes. *Estado de São Paulo* Associação Paulista de Magistrados; Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional - Escola Superior do Ministério Público de São Paulo; Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho - 2.ª Região; Escola Paulista da Magistratura; Escola Superior da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo; Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Faculdades Integradas do Centro Universitário UNIFAFIBE; Fundação Armando Álvares Penteado; Fundação de Ensino Eurípedes Soares da Rocha - Centro Universitário de Marília; Instituto dos Advogados de São Paulo; Tribunal Regional Federal da 3.ª Região; Universidade Nove de Julho; Universidade de Santa Cecília. *Estado de Minas Gerais* Escola Superior Dom Helder Câmara; Escola Superior de Justiça; Faculdade de Direito Milton Campos; Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais; Faculdade de Direito de Varginha; Instituto de Educação Superior e Pós-Graduação Ltda; Instituto Rui Barbosa; Ministério Público do Estado de Minas Gerais; Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais; Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais; Unicentro Newton Paiva; Universidade Federal de Ouro Preto; Universidade FUMEC. *Estado do Espírito Santo* Centro Universitário São Camilo; Escola Superior da Magistratura do Estado do Espírito Santo; Faculdade Brasileira MULTIVIX; Faculdade de Direito de Vitória; Ministério Público do Estado do Espírito Santo; Universidade Federal do Espírito Santo; Universidade Vila Velha. *Estado do Rio de Janeiro* Centro Universitário de Barra Mansa; Centro Universitário Di Biase, Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro / Fundação da Escola Superior da Defensoria Pública do Rio de Janeiro / Centro de Estudos Jurídicos da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro; Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas; Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro; Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense; Faculdade Internacional Signorelli; Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro; Pontifícia Universidade Católica do

| Relatório de Atividades 2016 |

Rio de Janeiro; Universidade Católica de Petrópolis; Universidade Estácio de Sá. *Estado do Paraná* Centro Universitário de Maringá; Escola da Magistratura do Paraná; Escuela Judicial de America Latina; Faculdade de Direito de Curitiba; Faculdades Integradas do Brasil; Pontifícia Universidade Católica do Paraná; Universidade Estadual do Norte do Paraná; Universidade Positivo; Universidade Tuiuti do Paraná. *Estado do Rio Grande do Sul* Escola Superior da Magistratura da AJURIS; Escola Superior da Magistratura Federal do Rio Grande do Sul; Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público; Faculdade de Direito da Universidade de Passo Fundo; Faculdade Meridional; Instituto Brasileiro de Gestão de Negócios; Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul; Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - União Brasileira de Educação e Assistência; Tribunal Regional Federal da 4.^a Região; Universidade de Caxias do Sul; Universidade Federal do Rio Grande; Universidade de Santa Cruz do Sul; Universidade do Vale do Rio dos Sinos. *Estado de Santa Catarina* Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina - Poder Judiciário (Academia Judicial - CEJUR). *Distrito Federal* Associação de Juízes Federais do Brasil; Associação dos Magistrados do Distrito Federal – Escola da Magistratura do Distrito Federal e dos Territórios; Banco Central do Brasil; Centro Universitário de Brasília; Escola da Advocacia-Geral da União; Escola Nacional da Magistratura (Associação dos Magistrados Brasileiros); Faculdade de Direito da Universidade Católica de Brasília; Ministério da Justiça do Brasil; Supremo Tribunal Federal; União Educacional do Planalto Central (Faculdades Integradas da União Educacional do Planalto Central).

- **Intercâmbio de estudantes brasileiros em 2015/2016.** Neste ano letivo estiveram inscritos na FD 535 estudantes de nacionalidade brasileira inscritos na FDUL, dos quais 88 ao abrigo de protocolos de mobilidade; 7 no âmbito do Programa Erasmus Mundus; 32 inscritos no curso de Licenciatura em Direito; 216 inscritos no curso de Mestrado; e 135 inscritos no curso de Doutorado.
- **Conferências e cursos.** O IDB promoveu a realização de diversas iniciativas neste domínio, concretizando os seguintes eventos: Conferência “Cibersegurança: Perspetivas Multidisciplinares”; VII Encontro Luso-Brasileiro de Direito “Direitos Fundamentais: o exercício da cidadania”; Colóquio Luso-Brasileiro de Direito; Palestra “Princípios do Direito Romano na formação territorial brasileira”; Palestra “O parentesco no contexto da reprodução assistida: o debate legislativo brasileiro”; V Encontro de Jurisprudentes de Língua Portuguesa sobre a Família “Constituição e Família: as políticas e o Sínodo da Igreja Católica sobre a Família”; Colóquio Luso-Brasileiro “O Direito Pombalino no Brasil”; Palestra “Um Tribunal Internacional para

| Relatório de Atividades 2016 |

a Internet?"; II Congresso Luso-Brasileiro de Direitos Humanos na Sociedade de Informação, inserido nas XII Jornadas de Arqueologia e Património Iberoamericano; Colóquio Iberoamericano "Repensar Paradigmas": prevenção e responsabilidade"; III Jornadas Luso-Brasileiras de Direito Ambiental "Tutela Jurídica da Saúde Ambiental no Brasil e em Portugal"; V Congresso Luso-Brasileiro do Instituto Sílvio Meira "Os desafios do Direito: de Roma à atualidade"; Seminário "Interpretação: História e Teoria"; Palestra sobre "Regulação Bancária e Financeira no Brasil"; Palestra sobre "Riscos Cibernéticos - tendências, desafios e estratégia de defesa"; I Encontro Luso-Brasileiro "Direito, Cultura e Memória" – Homenagem ao Prof. Câmara Cascudo; Seminário Luso-Brasileiro sobre Finanças Públicas, Controle e Responsabilidade; Conferência "O Direito à Paz e o papel dos jovens juristas"; Aula do Prof. Doutor Cláudio Brandão com o tema "Fundamentos da *Imputatio* no Direito Penal Romano"; Aula Magna do Prof. Doutor Cláudio Brandão com o tema "Francisco de Vitória e a Segunda Escolástica"; Curso "O Direito – entender e ser entendido: redigir textos académicos em língua portuguesa"; IV Colóquio Luso-Brasileiro de Direito "Um Direito Comum numa só língua"; Seminário "Mediando conflitos – construindo pontes"; II Seminário Ibero-americano de Direito e Controle "Ética, Justiça e Prestação das Contas Públicas"; Lançamento da Campanha Anti-Bullying nas Escolas; Palestra "Corrupção e seus efeitos na Administração Pública Tributária e nas Licitações"; Palestra sobre Guarda Partilhada; Palestra "Impeachment e actual momento político brasileiro"; Curso Pós-Graduado de Atualização para Juízes do Estado de São Paulo; V Jornada Luso-Brasileira de Direito "Direitos Fundamentais na contemporaneidade – entre as esferas pública e privada"; Colóquio Luso-Brasileiro de Direito de Família e Direito da Bioética; Seminário "Mediação Familiar em contexto de Alienação Parental"; Jornadas Luso-Brasileiras de Direito Europeu "A Integração Política pelo Direito Comum"; Colóquio "Direitos Humanos e Direito Penal"; VI Encontro de Jurisprudentes de Língua Portuguesa sobre o Direito da Família "A Família e o Direito na tradição romanística; Colóquio "Violência Doméstica e Alienação Parental"; Curso de Mediação de Conflitos Familiares (com dupla certificação); No 40.º aniversário da Constituição da República Portuguesa - Conferência "A utilização da informática (art.º 35º da CRP) - Que eficácia?"; I Curso Luso-Brasileiro de Atualização em Direito; "A Psicologia Judiciária como disciplina curricular no curso de Direito" – Encontros Luso-Brasileiros de Direito; Encontro "O estatuto dos Juízes e a efetividade das leis nos tribunais"; IV Congresso Luso-Brasileiro de Direitos Humanos na Sociedade da Informação "Função Social da Tutela Jurídica do Meio Ambiente Digital"; IV Jornadas Luso-Brasileiras de Direito Ambiental "Instrumentos de Tutela Processual nas lides vinculadas ao Meio Ambiente Digital".

| Relatório de Atividades 2016 |

- **Eventos apoiados pelo Instituto de Direito Brasileiro em 2016/2017.** Palestra “O Direito à Saúde no Brasil – Aspectos do Direito Público e do Direito Privado”; Simpósio Luso-Brasileiro sobre o novo CPC: “Sistema” de Precedentes no Novo Código de Processo Civil Brasileiro. Perspectivas processual e constitucional e seus reflexos no direito tributário”; Conferência “Os Refugiados no Brasil e no Mundo: Igualdade e Tolerância”; Conferência “Aspectos Jurídicos da Cibercriminalidade: novas tecnologias e monitoramento de sinais”; Congresso “Constituição e Crise – A Constituição no Contexto das Crises Política e Económica”; II Colóquio Luso-Brasileiro de Processo Civil: O novo Código de Processo Civil em debate; Conferência Internacional “50.º Aniversário dos Pactos Internacionais de Direitos Humanos”; Curso Intensivo “Os limites do Dano Reparável no Direito Brasileiro – Uma Leitura Comparatista”; IV Jornada Internacional da Cátedra UNESCO “Direitos Humanos e Violência: Governo e Governança”; Conferência Internacional “Segurança da Informação e Direito Constitucional do Ciberespaço”; II Congresso Luso-Brasileiro “Alienação Parental – Novos Horizontes”.
- **Outras atividades.** Criação e lançamento de uma página oficial de Facebook do IDB. Visita do Prof. Doutor Sebastião Helvécio Ramos de Castro. Visita do Conselheiro Dr. Valdomiro Távora de Castro Júnior. Palestra do Presidente do IDB no Centro de Convenções de Mariana, Brasil. Visita do Presidente do IDB à Universidade Federal de Ouro Preto. Criação de um Canal Youtube para o IDB. Criação de uma página Flickr. Criação de E-Books com comunicações proferidas em conferências. Palestra do Presidente do IDB em Civitanova Marche, Itália, no âmbito da IV Jornada Internacional da Cátedra UNESCO “Direitos Humanos e Violência: Governo e Governança”, organizada pela UNICAM – Universidade de Camerino.

6. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

A prestação de serviços à comunidade, no âmbito das suas competências científicas e técnicas, bem como o exercício de atividades de formação orientadas para o exterior, integram-se inequivocamente nas atribuições da FDUL, contribuindo para a captação de receitas e para o desempenho do seu relevante papel social.

Desde 2015, que se encontram em funcionamento na FDUL duas unidades vocacionadas para a prestação de serviços: Centro de Arbitragem e de Resolução de Litígios (CARL-FDUL) e o Gabinete de Consultoria Jurídica (GCJ).

O **Gabinete de Consultoria Jurídica (GCJ)** é uma unidade administrativa técnico-científica da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa³, com atribuições no domínio da prestação de serviços de consultoria jurídica à comunidade, concretizada, designadamente, pela atividade de elaboração de estudos, formativa e de conceção técnico-jurídica.

No período em apreço, o GCJ desenvolveu as seguintes atividades:

- **Realização de ações de formação.** *Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social:* Preparação e realização da Ação de Formação sobre a Revisão do Código de Processo dos Tribunais Administrativos (18 e 19 de abril); Preparação da Ação de Formação sobre o Código de Procedimento Administrativo, com 14 horas de formação, que não foi realizada por decisão do Ministério, face aos constrangimentos orçamentais. *ICP-ANACOM - Autoridade Nacional de Comunicações:* Preparação e realização de duas Ações de Formação sobre Procedimento Administrativo, para Juristas, com 20 horas de formação cada (2 a 6 de maio e 9 a 16 de maio); Preparação e realização da Ação de Formação sobre Procedimento Administrativo, para não-Juristas, com 6 horas de formação (19 e 20 de maio); Preparação da Ação de Formação sobre Processo Contraordenacional, para Juristas, com 10 horas de formação, ainda não realizada; Ação de Formação sobre Processo Contraordenacional, para não-Juristas, com 6 horas de formação, ainda não realizada. *Direção Geral do Orçamento:* Programação da Ação de Formação sobre a Nova Lei do Enquadramento Orçamental, com 20 horas de formação, a agendar. *Serviço de Estrangeiros e Fronteiras:* Na sequência de contrato celebrado entre Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e a

³ Nos termos dos artigos 67.º e 75.º dos respetivos Estatutos (Despacho n.º 15674-C/2103, de 27 de novembro de 2013, publicado no *Diário da República* de 29 de novembro de 2103, 3.º Suplemento, Parte E).

O enquadramento estatutário do GCJ foi concretizado com a aprovação de regulamento próprio em 17 de setembro de 2014 (Despacho de 12 de novembro de 2014, publicado no *Diário da República*, II.ª Série, de 27 de novembro de 2014).

| Relatório de Atividades 2016 |

Universidade de Lisboa, foi a Faculdade de Direito, através do GCJ, incumbida de assegurar as ações de formação relativas às áreas jurídicas no âmbito do curso de formação de inspetores; as ações de formação decorreram desde 16 de novembro até 9 e fevereiro de 2017 já após o termo do período relatado, e envolveram quatro docentes da Faculdade. *Ações de Formação na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*: Programação e realização do Workshop sobre Agricultura Biológica, 4 de novembro; Programação e abertura das inscrições na Ação de Formação sobre Direito da Agricultura e Sustentabilidade, a realizar de março a maio de 2017.

- **Elaboração de Estudos Jurídicos.** *Governo da República Democrática de Timor-Leste*: Estudo sobre o Sistema Judicial Criminal Timorense e Contributos para a Reforma e projeto de Regime Jurídico de Responsabilidade de Titulares de Cargos Políticos de Timor-Leste; os referidos estudos foram realizados pela Professora Doutora Maria Fernanda Palma, conforme solicitação da entidade adjudicante.
- **Concepção de projetos de atos normativo.** O referido projeto legislativo sobre a responsabilidade dos titulares de cargos políticos para o Governo de Timor.
- **Investigação científica aplicada.** Toda a realização de estudos e de formação.

O **Centro de Arbitragem e Resolução de Litígios (CARL)** é uma unidade administrativa técnico-científica da FD dedicada à prestação de serviços à comunidade, vocacionada para oferecer serviços na área da arbitragem e da mediação.

No ano de 2016 dois principais objetivos prosseguidos pelo CARL foram a rentabilização das instalações afetas ao Centro para a realização de arbitragens e mediações e a apresentação do CARL às entidades relevantes no domínio da arbitragem em Portugal e noutros países e língua portuguesa com vista ao estabelecimento de relações de intercâmbio e cooperação. Assim, foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- **Rentabilização dos espaços.** Com vista à rentabilização dos espaços afetos ao CARL para a realização de arbitragens e mediações foi feito um levantamento das principais entidades interessadas na respetiva utilização e enviada uma mensagem de divulgação. Também foram realizadas as ações necessárias para dotar as instalações dos meios necessários à realização das arbitragens e mediações: máquina fotocopadora e sistema de gravação de som e de videoconferência, máquina de café.

| Relatório de Atividades 2016 |

Estas atividades traduziram-se num aumento de 100% na taxa de utilização das nossas instalações.

- **Relações de intercâmbio e cooperação.** No que se refere ao estabelecimento de relações de intercâmbio e cooperação com outras entidades, foi feito um levantamento das entidades relevantes e elaborada e enviada uma carta de apresentação. Na sequência desta iniciativa foram iniciadas negociações com vista à celebração de um Protocolo de Cooperação com o ARBITRARE, que veio a concretizar-se já no ano de 2017.
- **Promoção de eventos científicos e de formação profissional.** Foram realizados contactos para a coorganização de cursos de pós-graduação no domínio dos meios alternativos de realização de litígios. Ao abrigo do Protocolo anteriormente celebrado com Federação Nacional para a Mediação, o CARL disponibilizou uma sala para a realização de um dos módulos da Semana de Sensibilização para Mediação, promovida por essa entidade.

7. COMUNICAÇÃO E IMAGEM

Cientes de que a continuação do sucesso e reconhecimento da FDUL depende, em grande medida, de uma adequada comunicação externa da nossa Escola, procurou-se implementar medidas tendentes a atingir esta finalidade.

Os objetivos comunicacionais foram ainda desenvolvidos essencialmente através das seguintes atividades:

- ***Organização e/ou acompanhamento de eventos***
A área da comunicação realiza um conjunto de tarefas essenciais ao dia-a-dia da Faculdade, com destaque para a organização e acompanhamento de um significativo número de eventos que têm lugar nos espaços da Escola. Em 2016, foram realizados mais de uma centena de eventos.
- ***Página e redes sociais***
Gestão da Página da FDUL e das redes sociais (Facebook, LinkedIn, Youtube).
- ***Divulgação da oferta formativa***
Conceção de um conjunto de trabalhos gráficos destinados à divulgação da oferta formativa da Faculdade, em especial dos novos mestrados e doutoramentos. Aqui se incluem a elaboração de brochuras, cartazes, *banners* e anúncios de publicitação em órgãos de comunicação social. Em 2016 a oferta formativa foi igualmente divulgada através do recurso às bases de dados de contactos existentes na Faculdade e nos seus Institutos.
No âmbito da comunicação social, a oferta formativa da FDUL foi divulgada no “Expresso Estudante”, “Público” (“País Positivo” e “Perspetivas”) e “Jornal de Notícias” (Suplemento).

| Relatório de Atividades 2016 |

- **Entrega de diplomas**

Participação na organização da cerimónia de entrega de diplomas aos licenciados no ano letivo 2015/2016, realizada em 22 de outubro de 2016.

- **Sessões de Homenagem**

Participação na organização da cerimónia de lançamento do *Liber Amicorum* Fausto de Quadros, publicado pela Editora Almedina, a qual teve lugar no dia 4 de novembro de 2016.

Participação na organização da cerimónia de apresentação da obra *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Carlos Pamplona Corte-Real*, publicada pela Editora Almedina, evento realizado no dia 13 de dezembro de 2016.

- **Outras atividades**

Comunicação interna da Faculdade.

Organização da Festa de Natal. Conceção dos postais de Natal.

- **Cartões de visita**

A comunicação levou a cabo o processo de elaboração dos cartões de visita identificativos de docentes e funcionários da Faculdade, incluindo os titulares de órgãos.

8. RECURSOS HUMANOS

I. O Núcleo de Gestão de Recursos Humanos da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa insere-se na Divisão Administrativa, uma das unidades administrativas de gestão da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Desenvolve as ações necessárias à gestão administrativa da relação laboral dos seus trabalhadores, independentemente do tipo de vínculo ou da carreira, que vão desde o processo de contratação passando pela avaliação do desempenho até ao processamento de vencimentos e demais obrigações legais.

É responsável pelo registo e controlo da vida funcional dos docentes, sendo as suas principais atividades constituídas por tarefas quotidianas de gerenciamento do fluxo documental e burocrático inerente aos seguintes processos: controlo de assiduidade, acumulação de funções docentes e não docentes com outras entidades públicas e privadas, gestão de contratos de trabalho, como prorrogação, renovação e alterações contratuais, dispensas de serviço docente e licenças sabáticas, reportes à Reitoria da Universidade de Lisboa no âmbito do processamento das remunerações dos trabalhadores docentes e não docentes e outros colaboradores (vencimentos), reportes às entidades oficiais decorrentes de obrigações declarativas, gestão de ausência de trabalhadores, como agendamento de férias, faltas e licenças, elaboração de dados estatísticos (Rebides, Indez, Balanço Social, SIOE, RAF, entre outros), Conta de Gerência, mapas de apoio à execução do orçamento e apoio a concursos de trabalhadores, nomeadamente elaborando os editais (português e inglês) e integrando júris.

Têm também a seu cargo a publicitação em Diário da República de todos os atos que para poderem ter eficácia é obrigatória a sua publicação, e a leitura diária do Diário da República e respetiva distribuição pelos serviços e direção da legislação ou outras publicações que sejam de importância para os mesmos, para além das publicitações obrigatórias por lei a constarem da página da Faculdade, bem como de outras informações relevantes.

Os recursos humanos têm um atendimento de público permanente quer presencial quer telefónico sendo confrontado frequentemente pelos trabalhadores docentes e não docentes e pelos Órgãos da Faculdade com questões e dúvidas sobre legislação e outras matérias, a que têm de responder. Para tal têm de estar constantemente a atualizar os seus conhecimentos, o que os obriga a frequentar várias ações de formação, bem como em constante pesquisa e leitura da legislação.

Mantém ainda atualizado, quer informaticamente, quer em suporte de papel o arquivo de pessoal.

| Relatório de Atividades 2016 |

II. Em 2016 foram tomadas importantes medidas no sentido do reforço do quadro de pessoal da Faculdade, assentes na ideia de que o sucesso da Escola dependerá do sucesso – de todos e de cada um – dos seus colaboradores, docentes e não docentes.

Destacam-se:

- 1) Abertura de concurso para contratação de Pessoal docente: 7 vagas para Professor Associado e 4 vagas para Professor Auxiliar (sendo a primeira vez que a FDUL abre concursos para professor auxiliar);
- 2) Abertura de concursos para contratação de Pessoal não docente: na sequência dos competentes procedimentos concursais a decorrer prevê-se a contratação, em 2017, de quatro técnicos superiores (três para a Biblioteca e um para o Gabinete de Apoio à Gestão), seis assistentes técnicos (sendo um para a Biblioteca, dois para a Divisão Académica, um para o Núcleo de Gestão Financeira e Patrimonial, um para o Núcleo de Gestão de Recursos Humanos e um para o Gabinete de Apoio ao Estudante), um técnico de informática para o Núcleo de Apoio Técnico e um assistente operacional para o Apoio às Aulas.
- 3) Foi realizado o recrutamento, por mobilidade, de um técnico superior para o Gabinete de Apoio à Gestão, bem como de dois assistentes técnicos para a Divisão Académica, de um assistente técnico para o GERI e de um assistente técnico para a Biblioteca;
- 4) No que respeita ao Pessoal Dirigente, decorreram procedimentos concursais com vista ao recrutamento de dois órgãos de direção intermédia de 3.º grau (Divisão Académica e Núcleo de Gestão Financeira e Patrimonial) e de um órgão de direção intermédia de 4.º grau (Biblioteca);

| Relatório de Atividades 2016 |

A 31 de dezembro de 2016, a FDUL contava no seu quadro de pessoal com os seguintes efetivos:

Pessoal docente	210
Pessoal não docente	52

Número de docentes por categoria profissional

Prof. Catedrático	19
Prof. Associado	17
Prof. Auxiliar	67
Assistente	19
Prof. Auxiliar	6
Convidado	
Assistente	82
Convidado	

| Relatório de Atividades 2016 |

Número de não docentes por categoria profissional

Diretor executivo	1
Dirigente intermédio 3.º grau	4
Dirigente intermédio 4.º grau	1
Técnico superior	13
Técnico superior (cedência de interesse público)	1
Assistente técnico	14
Coordenador técnico	3
Assistente operacional	4
Assistente operacional (contrato emprego apoiado – Programa de Emprego de Apoio à Qualificação das Pessoas com deficiências e incapacidade através do IEFP)	4
Especialista de informática	1
Bolsas de investigação	6

9. RECURSOS MATERIAIS

I. Em 2016 apostou-se na melhoria das condições de trabalho e de investigação. Assim, procedeu-se à realocização do Núcleo de Gestão dos Recursos Humanos e da Tesouraria, com vista à adequação funcional dos espaços afetos e à melhoria das condições de trabalho. Esta medida pôs termo à situação degradante em que se encontravam os recursos humanos e a tesouraria, destacando-se não apenas as más condições de trabalho para os funcionários como também o especial risco de degradação das pastas pessoais dos trabalhadores, até então mantidas em local de difícil acesso e com extrema humidade.

II. No decurso do ano de 2016 foram realizadas as seguintes obras:

- Obras tendentes à realocização da Tesouraria;
- Obras de reparação e requalificação do edifício da Faculdade, incidentes sobre paredes e coberturas dos edifícios I e II (área do Conselho Científico e contígua, área do Anfiteatro I, área dos Gabinetes);
- Renovação e implementação de novos equipamentos, designadamente, do sistema audiovisual do auditório, dotando este espaço de equipamentos adequados à captação de som e imagem pelos meios de comunicação social;
- Aquisição de um sistema de videoconferência, com o qual se reforça os meios ao dispor do CARL mas que se encontra também disponível para outras utilizações, tais como a realização de reuniões de júri;
- Reformulação sistema de videovigilância da Faculdade, a fim de aumentar a segurança de pessoas e a integridade de bens;
- Início da renovação da Faculdade com vista ao aumento da eficiência energética, mediante a obtenção do certificado energético do edifício e a substituição de lâmpadas antigas por lâmpadas *led*;
- Instalação da nova sala de refeições dos alunos no espaço da AAFDL;
- Obras de qualificação com vista à instalação de núcleos de alunos (NEC – Núcleo de Estudantes Católicos, NELB – Núcleo de Estudantes Luso- Brasileiros e ELSA – The European Law Students’ Associatio).

De referir, por último, que se deu início ao processo de colocação de novos quadros nas salas de aulas.

III. De referir que, com vista à obtenção de financiamento para o efeito, a Faculdade deu início ao processo de apresentação de candidatura no âmbito do



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

| Relatório de Atividades 2016 |

"Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no uso de Recursos" (PO SEUR).

| Relatório de Atividades 2016 |

IV. Preparação dos procedimentos tendentes à realização das obras de expansão da Biblioteca, fundamentais para a preservação e expansão do acervo bibliográfico da Faculdade e para a melhoria das condições de investigação, traduzidas designadamente em novos gabinetes de investigação.

V. Acresce que, em 2016, a FDUL iniciou a modernização dos serviços administrativos, através da implementação das plataformas de gestão académica (Fénix) assim como financeira e de recursos humanos (SAP).